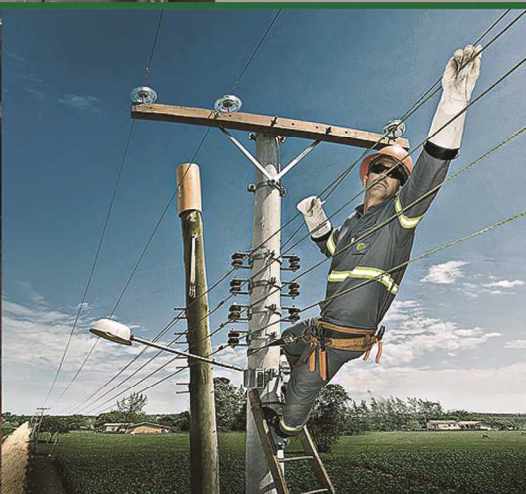


COOPERALIANÇA



Relatório do Conselho
de Administração - 2012

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	6	4.1 Construção de redes.....	20
CARTA DO PRESIDENTE	7	4.2 Serviços executados – instalações de transformadores	21
1 CONJUNTURA ECONÔMICA.....	8	4.3 Subestação Rincão	21
1.1 Ambiente macroeconômico.....	8	4.4 Loteamentos e Melhorias.....	21
1.2 Ambiente Regulatório.....	8	4.5 Vitorias nas Unidades Consumidoras	22
1.3 Tarifas de Energia.....	9	4.6 Iluminação Pública	22
1.4 Investimento Remunerável	10	4.7 Centro de Operação e Distribuição – COD22	
2 DESEMPENHO OPERACIONAL	11	4.8 Aferições de medidores.....	22
2.1 Distribuição de energia elétrica.....	11	4.9 Análise de Projetos Elétricos	22
2.2 Ligações de Consumidores.....	11	4.10 Balanço Energético - Janeiro/2012 a Dezembro/2012.....	22
2.3 Comportamento do mercado	11	4.11 Conclusão	22
2.4 Distribuição direta por classe de consumo.....	12	5 PLANEJAMENTOS DE ATIVIDADES – 2013..	23
2.5 Receita	13	5.1 Suprimento de Energia.....	23
2.6 Tarifas	13	5.1.1 Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica	23
2.7 Qualidade do fornecimento.....	14	5.2 Planejamentos de Obras dos Alimentadores.	23
2.8 Tecnologia da informação.....	14	5.3 Planejamento: Rede Baixa Tensão.....	23
2.9 Novos negócios.....	15	5.4 Aquisição de Equipamentos.....	24
2.10 Desempenho econômico-financeiro	15	6 AUDITORES INDEPENDENTES.....	25
2.11 Investimentos	15	7 AGRADECIMENTOS	26
2.12 Valor adicionado	15	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	27
2.13 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras	16	Balanço Patrimonial - Ativo.....	27
2.14 Composição das quotas do capital social 16		Balanço Patrimonial - Passivo.....	28
2.15 Comportamento do preço das quotas... 16		Demonstração do Resultado.....	29
2.16 Atendimento aos associados e consumidores.....	16	Demonstração do Resultado.....	30
3 GESTÃO	17	Demonstração do resultado Abrangente.....	31
3.1 Planejamento Empresarial.....	17	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	32
3.2 Recursos Humanos.....	17	Demonstração do Fluxo de Caixa.....	33
3.3 Responsabilidade Social.....	17	Demonstração do Valor Adicionado DVA.....	34
3.4 Responsabilidade Ambiental.....	17	NOTAS EXPLICATIVAS	35
3.5 Concessionária em números	17	1 CONTEXTO OPERACIONAL	35
3.5.1 Atendimento.....	17	2 DA CONCESSÃO	35
3.5.2 Mercado	17		
3.5.3 Dados Operacionais	18		
3.5.4 Dados Financeiros	18		
3.5.5 Indicadores de Desempenho.....	18		
3.6 Área de concessão	19		
4 – Desempenhos Comerciais	20		

3	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	35	27	CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO.....	50
4	PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	36	28	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	51
5	DISPONIBILIDADES	39	28.1	<i>Fiscais</i>	51
5.1	<i>Numerário em Trânsito</i>	39	28.2	<i>Trabalhistas</i>	51
6	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	40	29	DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	51
7	CONSUMIDORES	40	30	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	52
8	RENDAS A RECEBER	41	30.1	<i>Capital social</i>	52
9	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR.....	41	30.2	<i>Reservas de capital</i>	52
10	OUTROS CRÉDITOS	42	30.3	<i>Ajuste de avaliação patrimonial</i>	52
11	PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	42	30.4	<i>Reserva de sobras</i>	53
12	ESTOQUE	42	31	RECEITA OPERACIONAL.....	53
13	SERVIÇOS EM CURSO.....	43	31.1	<i>Fornecimento energia elétrica</i>	53
14	PRÊMIOS DE SEGUROS	43	31.2	<i>Uso do sistema de distribuição</i>	54
15	DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	43	31.3	<i>Receita de construção</i>	54
16	INVESTIMENTOS.....	43	31.4	<i>Arrendamentos e aluguéis</i>	54
17	IMOBILIZADO	43	31.5	<i>Serviço e outras receitas</i>	54
17.1	<i>Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica</i>	47	32	DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL.....	54
18	FORNECEDORES.....	47	32.1	<i>Impostos</i>	54
19	FOLHA DE PAGAMENTO.....	47	32.2	<i>Encargos do Consumidor</i>	55
20	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.	48	33	ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA.	55
21	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	48	34	ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO	55
21.1	<i>CIRCULANTE</i>	48	35	DESPESAS OPERACIONAIS	55
21.2	<i>NÃO CIRCULANTE</i>	49	36	RESULTADO FINANCEIRO	56
22	CREDORES DIVERSOS.....	49	37	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	56
23	OBRIGAÇÕES ESTIMADAS	49	38	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	56
24	ENCARGOS DO CONSUMIDOR.....	50	39	PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS.....	57
25	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	50	40	TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS.....	57
26	OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	50	41	SEGUROS	57
			42	UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (*)	57

43	EVENTOS SUBSEQUENTES	57	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	73
	PARECER DO CONSELHO FISCAL	59	BALANÇO SOCIAL – 2012.....	73
	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES..	62	ESTENDENDO PARA TODOS OS BENEFÍCIOS DA ELETRICIDADE	73
	NOTAS EXPLICATIVAS AOS AJUSTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	68	PRESERVANDO E RESTAURANDO O MEIO AMBIENTE.....	73
[1]	CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	68	FILANTROPIA E TRABALHO VOLUNTÁRIO	73
[2]	DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	68	PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D.....	74
[3]	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO (SOCIETÁRIO).....	69	PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE.....	74
[4]	IMOBILIZADO	69	DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL – 2012.	76
[5]	INTANGÍVEL.....	70	DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL – 2012.	77
[6]	PASSIVOS REGULATÓRIOS.....	71	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	78
[7]	RESERVAS DE SOBRAS.....	71	ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL.....	80
[8]	RECEITA DE CONSTRUÇÃO	71	PARTICIPAÇÕES.....	84
[9]	AJUSTES DOS ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS..	72		
[11]	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	72		

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ASSOCIADOS,

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, a administração da Cooperativa Aliança submete a apreciação, relatório das principais atividades do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Em conjunto, estão as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a Legislação Societária Brasileira, comparadas ao mesmo período de 2011, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e Auditores Independentes, acrescida do Balanço Social.

Também apresentamos as demonstrações contábeis regulatórias na forma proposta pelo poder concedente (Aneel) para atender as normas do setor elétrico brasileiro. Demonstração do fluxo de caixa e Demonstração do Valor Adicionado – DVA, instrumentos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa Aliança à sociedade, associados e consumidores. Assim como a Ata da Assembleia Geral Ordinária que aprovou as informações contábeis referentes ao exercício de 2012.

CARTA DO PRESIDENTE

Caro associado,

Estamos prestes a completar 50 anos de história. Uma história marcada por conquistas, e avanços tecnológicos. Uma história marcada pela qualidade em distribuição de energia, que não ficou estacionada no tempo. Acompanhamos o desenvolvimento nacional do setor, e nos últimos anos temos dado provas concretas disto, como quando investimos em nossas redes, na capacitação profissional.

Temos dado, ao longo dos anos, plenas condições para que novas empresas se instalem em nossa área de concessão, aumentando, assim, também a economia de cada um dos quatro municípios em que distribuimos energia.

Cada uma das classes de consumo tem contribuído significativamente para o crescimento do mercado desta concessionária, mas, não podemos deixar de falar da Classe Rural, que teve um importante incremento, chegando a um percentual de mais de 12% em relação ao ano de 2011. As classes de consumo Poderes Públicos, e Iluminação Pública, também apresentaram um crescimento significativo em consumo de energia, resultado da implantação de novos empreendimentos.

A Cooperaliança tem acompanhado de perto toda essa evolução, e como diz o nosso slogan, somos “Energia para o desenvolvimento”. Distribuimos a energia que impulsiona o crescimento, e temos feito isto pautado em procedimentos que respeitam a legislação, e buscam constantemente pela qualidade. É por isso que, mais uma vez, a Cooperativa continuou firme ao manter em 2012 o certificado de Gestão da Qualidade ISO 9001/2008. Uma conquista nossa, em benefício de todos.

Continuamos, em 2012, exercendo a nossa missão, que é distribuir energia elétrica com qualidade, atuando com ética e transparência na conformidade com os princípios cooperativistas, tendo, sempre, a visão de ser referência na prestação do nosso serviço.

Renovamos, ao fim deste exercício, o nosso compromisso de buscar, a cada dia mais, a excelência na distribuição de energia elétrica, primando pela melhoria continua do nosso Sistema de Gestão. Comemoraremos, em 2013, os 50 anos da Cooperaliança. Desejamos mais 50 anos de conquistas, e com muito mais energia para o desenvolvimento.

1 CONJUNTURA ECONÔMICA

1.1 Ambiente macroeconômico

No ano de 2012, o Brasil manteve a expansão com média taxa de crescimento de sua economia.

Na área de atuação da concessionária (distribuição de energia), os efeitos macroeconômicos não foram diferentes e apresentaram crescimento, com um índice de 7,28%, que era o esperado para o ano de 2012.

1.2 Ambiente Regulatório

As principais ocorrências no âmbito regulatório estão citadas a seguir:

Decreto Lei nº 7.520 de 08/07/2011 publicada em 11/07/2011:

Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014, e dá outras providências.

Decreto Lei nº 7.583 de 13/10/2011 publicada em 13/10/2011:

Regulamenta a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), e dá outras providências.

Decreto Lei nº 7.656 de 23/12/2011 publicada em 26/12/2011:

Altera o Decreto nº 7.520 de 08 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014.

Resolução Normativa nº 426 de 15/02/2011, publicada em 24/02/2011:

Prorroga os prazos estabelecidos nos incisos I e II do art. 221 da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09 de setembro de 2010.

Resolução Normativa nº 431 de 29/03/2011, publicada em 30/03/2011:

Altera os arts. 146 e 223, e revoga o parágrafo 2º do art. 9º e o parágrafo 3º do art. 110 da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09 de setembro de 2010; e revoga a Resolução Normativa ANEEL 407 de 27 de julho de 2010.

Resolução Normativa nº 432 de 12/04/2011, publicada em 12/04/2011:

Aprova a revisão 3 do Módulo 3, acesso ao sistema de distribuição, dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST.

Resolução Normativa nº 433 de 12/04/2011 publicada em 15/04/2011:

Estabelece os procedimentos a serem adotados no terceiro ciclo de revisões tarifárias das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a título provisório, até a publicação das correspondentes metodologias aplicáveis.

Resolução Normativa nº 436 de 24/05/2011 publicada em 01/06/2011:

Prorroga os prazos estabelecidos no art. 218, parágrafo 6º, inciso II e no art. 221, incisos I e II, da Resolução Normativa ANEEL 414 de 09 de setembro de 2010.

Resolução Normativa nº 444 de 30/08/2011 publicada em 06/09/2011:

Aprova a revisão dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST.

Resolução Normativa nº 448 de 06/09/2011 publicada em 20/09/2011:

Altera a redação dos incisos II a V e insere o inciso VI no art. 224 da Resolução Normativa 414 de 09 de setembro de 2010.

Resolução Normativa nº 465 de 22/11/2011 publicada em 01/12/2011:

Aprova a Revisão 3 do Módulo 2, a Revisão 4 do Módulo 6, e a Revisão 2 do Módulo 7 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST; bem como, altera o art. 4º da Resolução Normativa ANEEL 395, de 15 de dezembro de 2009.

Resolução Normativa nº 469 de 13/12/2011 publicada em 26/12/2011:

Aprova a Revisão 4 dos Módulos 1 e 8 e a Revisão 5 do Módulo 6 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST.

Estabelece as disposições relativas às Ouvidorias das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; inclui o inciso XX no art. 5º da Resolução Normativa ANEEL 063 de 12 de maio de 2004, e dá outras providências.

Resolução Normativa nº 470 de 13/12/2011 publicada em 22/12/2011:

Estabelece as disposições relativas às Ouvidorias das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; inclui o inciso XX no art. 5º da Resolução Normativa ANEEL 063 de 12 de maio de 2004 e dá outras providências.

Resolução Normativa nº 396 de 23/02/2010 publicada em 08/03/2010:

Institui a contabilidade regulatória, e passa o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, a finalidade das práticas e orientações contábeis, às concessionárias e permissionárias de serviço público de transmissão e distribuição de energia elétrica; e revoga todas as demais disposições em contrário.

Resolução Homologatória nº 1.322, publicada em 31/07/2012:

Homologa o resultado da terceira Revisão Tarifária Periódica – RTP da Celesc Distribuição S.A. – CELESC, fixa as tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD, as Tarifas de Energia – TE e dá outras providências.

Resolução Homologatória nº 1.332, publicada em 14/08/2012:

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, referentes à Cooperativa Aliança – COOPERALIANÇA.

Resolução Autorizativa nº 2.134, publicada em 20/10/2009:

Estabelece os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC e Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC, para os conjuntos de unidades consumidoras da área de concessão da Cooperativa Aliança - COOPERALIANÇA, para o período 2011-2013.

Resolução Normativa nº 367, publicada em 2/06/2009:

Aprova o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE e dá outras providências.

1.3 Tarifas de Energia

As Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica foram reajustadas de acordo com o processo de IRT (Índice de Reajuste Tarifário), do ano de 2012. O resultado desse reajuste chegou a um índice com efeito médio para o consumidor de 3,32% sobre as tarifas praticadas pela empresa, e terá período vigente de 14 de agosto de 2012 à 13 de agosto de 2013. A oficialização deste índice se deu através da publicação da Resolução Homologatória nº 1.332 de 7 de agosto de 2012.

1.4 Investimento Remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, e Almoxarifado de Operação. Deduzidas as obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultam no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela concessionária, demonstrada em nota explicativa.

A natureza jurídica da cooperativa, sustentada em legislação própria (Lei 5.764/71), determina que a sociedade não possui fins lucrativos.

*Capítulo II
Das Sociedades Cooperativas.*

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Sustentada na Lei Cooperativista, a cooperativa não tem fins lucrativos e isso determinou a exclusão da base de remuneração do patrimônio líquido, que representa o capital próprio para fins de remuneração de investimentos.

2 DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 Distribuição de energia elétrica

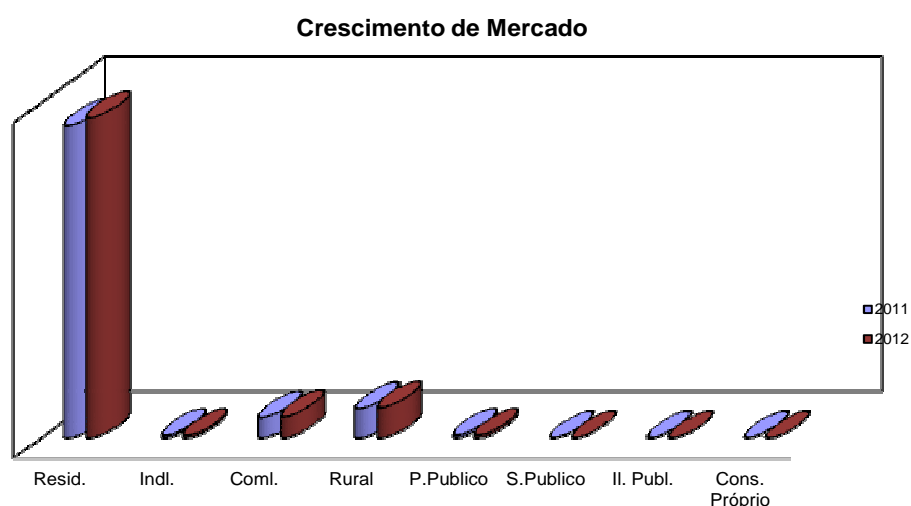
A Cooperativa Aliança distribui energia elétrica em quatro dos 293 municípios do Estado, atendendo 33.666 consumidores cativos e um consumidor livre, instalados em sua área de concessão no Estado de Santa Catarina.

A meta da administração é buscar melhores condições de fornecimento de energia elétrica, atendendo, assim, o lado social do grupo de associados e consumidores, com tarifas módicas e reduzidas. Desta forma, podendo viabilizar a competitividade do processo produtivo e o desenvolvimento das diversas áreas sociais de sua abrangência de concessão.

2.2 Ligações de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2012 apresentou um crescimento de 2,64% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2012	2011	%
Residencial	28.630	27.930	2,51
Industrial	209	201	3,98
Comercial	1.883	1.808	4,15
Rural	2.686	2.612	2,83
Poder público	238	230	3,48
Iluminação pública	4	4	0,00
Serviço público	10	9	11,11
Consumo próprio	7	8	(12,50)
TOTAL	33.667	32.802	2,64



2.3 Comportamento do mercado

O mercado energético continua bastante atraente no âmbito de consumo, tendo em vista o crescimento do mercado da concessionária de 7,28% no ano de 2012 em relação a 2011, e aponta ainda para uma

perspectiva de crescimento de demanda para o ano de 2013, resultante da previsão de crescimento nacional, e redução dos valores de tarifa apontados pelo governo federal para o ano de 2013 promovendo, desta forma o desenvolvimento social.

2.4 Distribuição direta por classe de consumo

O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da concessionária, em 2012 foi de 168.524 MWH e no mercado livre de 6.187 MWH registrando um crescimento no mercado da concessionária de 7,28% em relação a 2011.

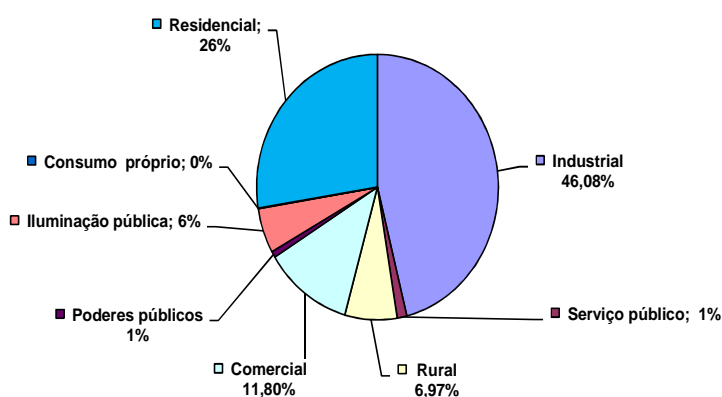
Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram a classe Consumo Rural, Poderes Públicos e Iluminação Pública.

A classe Rural com incremento de 12,17% em relação a 2011. A classe Poderes Públicos contribuiu com o aumento de 10,27%, acompanhada da classe Iluminação Pública com 10,17% em relação a 2011, resultante da implantação de novos empreendimentos e crescimento vegetativo.

Abaixo estão expostos os resultados de consumo e sua avaliação no período:

Classe	2012	2011	%
Residencial	48.073	44.654	7,66
Industrial	74.327	74.866	(0,72)
Industrial – Livre	6.187	1.388	345,75
Comercial	20.613	18.903	9,05
Rural	12.184	10.862	12,17
Poderes Públicos	1.289	1.169	10,27
Serviços Públicos	2.290	2.148	6,61
Iluminação Pública	9.617	8.729	10,17
Consumo Próprio	131	134	(2,24)
TOTAL	174.711	162.853	7,28

CONSUMO POR CLASSE

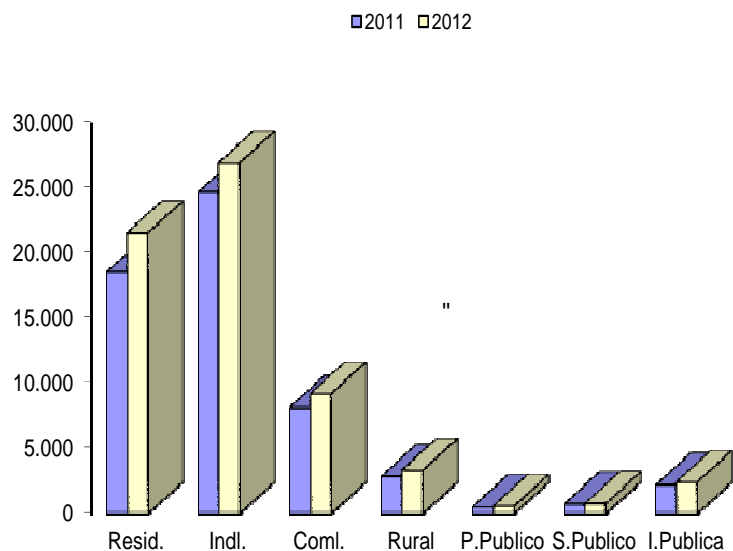


2.5 Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 48.624 milhões conforme o quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2012	2011	%
Residencial	21.528	18.492	16,42
Industrial	26.875	24.632	9,11
Comercial	9.176	8.124	12,95
Rural	3.319	2.833	17,15
Poderes públicos	564	497	13,48
Iluminação pública	2.404	2.179	10,33
Serviço público	758	718	5,57
Consumo próprio	-	-	-
Renda não faturada	262	243	7,82
Sub-Total	64.886	57.718	12,42
Serviços	344	530	(35,09)
Arrendamentos e aluguéis	535	426	25,59
Receita de construção	2.117	6.155	(65,61)
Sub-total	67.882	64.829	4,71
ICMS	(13.957)	(12.416)	12,41
PIS/COFINS	(340)	(265)	28,30
Encargos do consumidor RGR/CCC/CDE/P&D/PEE	(4.961)	(4.991)	(0,60)
TOTAL	48.624	47.157	3,11

RECEITA LÍQUIDA



2.6 Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica da Cooperativa Aliança, em dezembro de 2012, foi de R\$ 266,07 por MWH.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2012	2011
	R\$/MWH	R\$/MWH
Residencial	375,21	347,07
Industrial	246,44	241,84
Comercial	334,01	322,97
Rural	225,01	217,93
Poder público	360,70	349,21
Serviço público	248,24	251,15
Iluminação pública	185,70	187,31
Consumo próprio	153,22	151,18
MÉDIA	288,16	276,43

Composição da tarifa	Resid.	Indl.	Coml.	Rural	Poder Público	Ilumin. Pública	Outros
Impostos	77,27	82,07	113,42	48,15	83,69	61,90	81,04
PIS	0,81	0,02	0,40	0,18	1,16	0,00	0,00
COFINS	3,82	0,10	1,88	0,84	5,38	0,00	0,00
ICMS	72,64	81,95	111,14	47,13	77,15	61,90	81,04
Taxas	28,82	28,82	28,82	28,82	28,82	28,82	28,82
Fiscalização	0,45	0,45	0,45	0,45	0,45	0,45	0,45
CCC	11,19	11,19	11,19	11,19	11,19	11,19	11,19
RGR	3,26	3,26	3,26	3,26	3,26	3,26	3,26
CDE	10,33	10,33	10,33	10,33	10,33	10,33	10,33
PEE/P&D	2,80	2,80	2,80	2,80	2,80	2,80	2,80
Ex-Isolados	0,79	0,79	0,79	0,79	0,79	0,79	0,79
Total custo/despesas	346,39	217,62	305,19	196,19	331,88	156,88	372,64
Custo da energia comprada	168,23	168,23	168,23	168,23	168,23	156,88	168,23
Despesas de pessoal	27,43	27,43	27,43	27,43	27,43	-	27,43
Outras despesas operacionais	150,73	21,96	109,53	0,53	136,22	-	176,98
Tarifa bruta concessionária. (*)	452,48	328,51	447,43	273,16	444,39	247,60	482,50

(*) Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.), além do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

2.7 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Ano	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Município	DEC (horas)	DEC (horas)	FEC (interrupções)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)	Tempo de espera (horas)
Içara	5,24	4,02	4,22	3,89	0,30	0,31

2.8 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das áreas de negócios de uma concessionária de energia depende, substancialmente, de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, o qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica), e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

No ano de 2012, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

- Aquisição de dois microcomputadores para substituição dos mais obsoletos.
- Instalação sistema de *nobreak* e reestruturação do COD.
- Centralização do COD e SE Rincão.
- Implantação da Agência Virtual.
- Aquisição de monitor de 47 polegadas para projeção de mapa digital para o COD.

2.9 Novos negócios

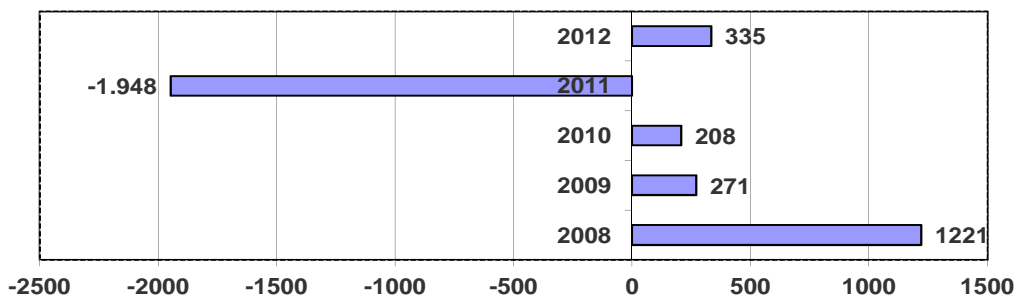
A principal meta da Cooperaliança é garantir que os consumidores recebam energia elétrica de qualidade. Em todas as suas atividades busca aumentar a capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus consumidores alternativas de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais, com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da concessionária.

2.10 Desempenho econômico-financeiro

Em 2012, a sobra líquida à disposição da Assembleia Geral Ordinária é de R\$ 335 mil contra R\$ (1.948) mil. A Receita Operacional Líquida atingiu, em 2012, R\$ 48.624 mil, enquanto em 2011 o resultado foi de R\$ 47.157 mil, representando um aumento de 3,11%.

Em 2011, com o aumento de 82,80% das sobras em relação a 2010 ocorrido principalmente pela redução do custo de operação. As despesas operacionais totalizaram em 2012 R\$ 13.630 mil, 27,06% menor em relação a 2011.

As sobras/perdas dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução a seguir:



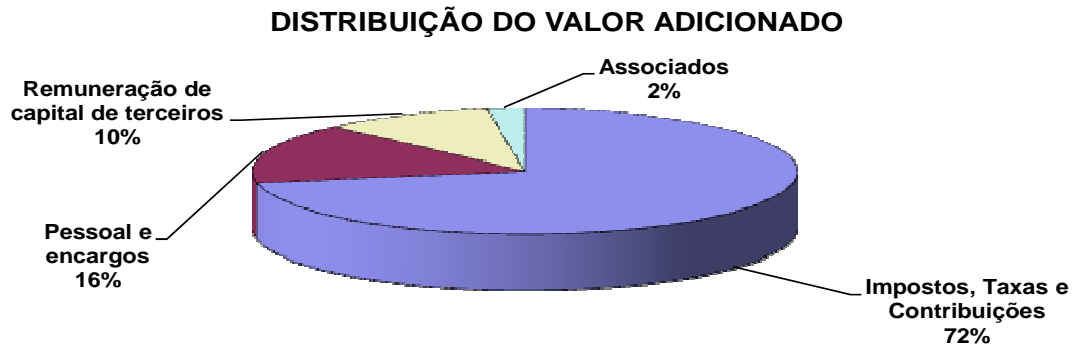
2.11 Investimentos

Em 2012, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 1.845 mil, (51,59%) inferiores em relação a 2011, conforme a seguir:

Investimentos - R\$ mil			
	2012	2011	%
Obras de Distribuição	1.845	3.811	(51,59)
TOTAL	1.845	3.811	(51,59)

2.12 Valor adicionado

Em 2012, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela concessionária, foi de R\$ 27.796 mil, representando 41,25% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



2.13 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, ao **Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição** para que a concessionária mantenha o serviço universalizado.

2.14 Composição das quotas do capital social

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social da concessionária era de R\$ 1.305 milhões, composto por 1.305.799 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Números de Associados		Capital Social
Total de associados em Dez/2011	33.414	1.278
Total de associados em Dez/2012	33.899	1.305

2.15 Comportamento do preço das quotas

As quotas permanecem com os preços previstos no artigo 14º do Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 7 de outubro de 2010.

2.16 Atendimento aos associados e consumidores

Primando pela filosofia de manter-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a concessionária coloca à disposição os serviços de atendimento, instalados na Rua Ipiranga, 333 – Içara – SC, na Avenida Leoberto Leal 126 - Balneário Rincão - SC e na Estrada Geral, s/n, Olho d'água - Jaguaruna - SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também 24 horas, todos os dias da semana, pelo telefone 0800-484040, via sistema Discagem Direta Gratuita (DDG). Através desse sistema é possível sanar dúvidas sobre faturamento, tarifas e solicitar serviços.

A Cooperaliança implantou em sua página na internet (www.cooperalianca.com.br) a Agência Virtual. Nela é possível solicitar serviços, alterar dados cadastrais, visualização de histórico de consumo e retirar segundas vias para pagamento, tudo isso sem a necessidade de deslocamento aos postos de atendimento, permitindo ao consumidor executar as tarefas de qualquer lugar. Basta acessar o site da Cooperaliança e clicar no *banner* Auto Atendimento

3 GESTÃO

3.1 Planejamento Empresarial

O planejamento é uma ferramenta que promove o desenvolvimento e o crescimento da empresa, e tem por objetivo traçar linhas a serem seguidas. Com ele é possível prever mudanças e antecipar-se diante dos concorrentes e das ameaças internas, para assim aproveitar as oportunidades e obter o sucesso da organização.

3.2 Recursos Humanos

Em 2012 a concessionária investiu R\$ 44 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores, visando manter a evolução nas áreas tecnológicas e gerenciais, e oferecer aos mesmos, oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

3.3 Responsabilidade Social

Responsabilidade Social é desenvolver ações que estejam conectadas à identidade empresarial da instituição. A Cooperaliança cumpre seu papel de empresa com Responsabilidade Social agindo com ética interna e externamente, com associados e colaboradores.

Age com Responsabilidade Social quando coloca à frente de todas as suas ações seus princípios e valores, baseados na transparência, na excelência em serviços de distribuição de energia elétrica, em desenvolvimento regional comprometimento com o meio ambiente.

3.4 Responsabilidade Ambiental

Comprometida com o meio ambiente, a Cooperaliança realiza ações que visam a “economia do planeta”. Planeja toda construção de redes de distribuição, na intenção de evitar impactos ambientais.

3.5 Concessionária em números

3.5.1 Atendimento

	2012	2011	%
Número de consumidores	33.667	32.803	2,63
Número de empregados	81	86	(5,81)
Número de consumidores por empregado	416	381	9,19
Número de postos de atendimento	4	4	0,00

3.5.2 Mercado

	2012	2011	%
Área de concessão (Km ²)	569,21	569,21	0,00
Demanda máxima (MW)	41,756	32,635	27,95
Distribuição direta (MWH)	174.711	162.853	7,28
Consumo residencial médio (MWH/ano)	1,679	1,598	5,06

Conclusão

Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWH)	288,16	276,43	4,24
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	375,21	347,07	8,11
Industrial	246,44	241,84	1,90
Comercial	334,01	322,97	3,42
Rural	225,01	217,93	3,25
Poder Público	360,70	349,21	3,29
Serviços Públicos	248,24	251,15	(1,16)
Iluminação Pública	185,70	187,31	(0,86)
Consumo próprio	153,22	151,18	1,35
DEC (horas) – Conjunto – Içara	5,24	4,02	30,35
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Içara	4,22	3,89	8,48

3.5.3 Dados Operacionais

	2012	2011	%
Número de subestações	01	01	0,00
Linhas de distribuição (km)	1.497	1.487	0,67
Capacidade instalada (MVA)	100,765	86,95	15,89

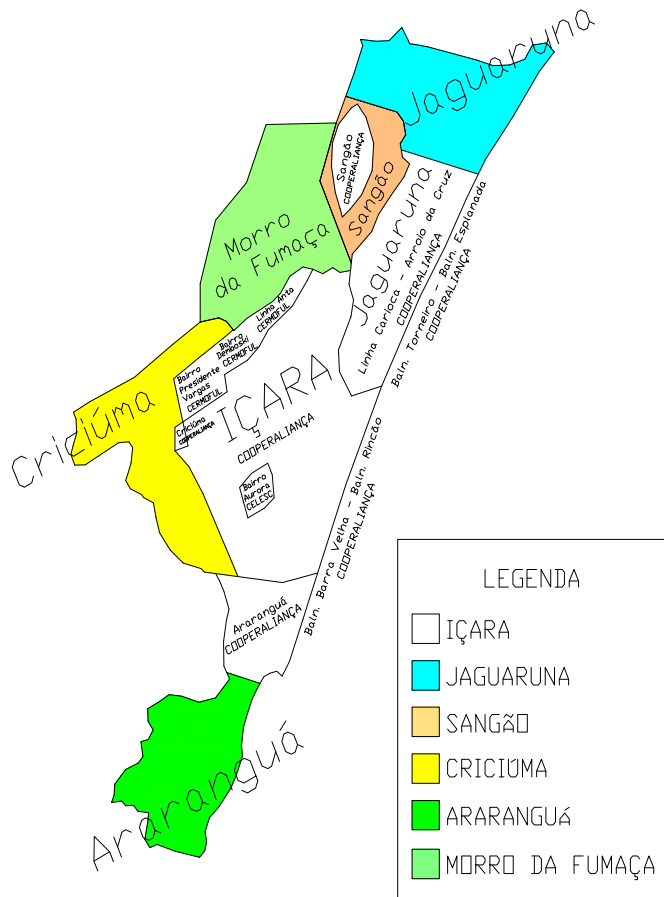
3.5.4 Dados Financeiros

	2012	2011	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	67.882	64.829	4,71
Receita operacional líquida (R\$ mil)	48.624	47.157	3,11
Margem operacional do serviço líquida (%)	3,61	(2,75)	231,27
Sobras líquidas (R\$ mil)	623	(1.948)	68,02
Patrimônio líquido (R\$ mil)	32.388	30.381	6,61
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000	1.000	0,00
Endividamento do patrimônio líquido (%)	88,45	94,70	6,60
Em moeda nacional (%)	100	100	0,00

3.5.5 Indicadores de Desempenho

	2012	2011	%
Salário médio dos funcionários em R\$	3.395	2.818	20,48
Energia comprada por funcionário em MWH	2,156	1,894	13,83
Energia comprada por Consumidor em MWH	5,19	4,96	4,64

3.6 Área de concessão



4 – Desempenhos Comerciais

4.1 Construção de redes

Município de Içara	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Vila Alvorada	120			
Vila Suíça	200		80	
Sanga Funda	70		110	
Balneário Rincão	1520		1290	800
Lombas	240		500	
1° de Maio	400		250	
Esplanada	1000	720	45	
Jardim Elizabeti	1850	1010	90	
Lagoa dos Esteves	660	1000	800	300
Vila São José	240		270	
Boa Vista	570	500	700	
Raichaski	600	230	400	
Liri	1230	260	200	300
Lagoa dos Freitas	350			
Barra Velha	360	300	400	400
Linha Três Ribeirões	300	500	80	
Esperança	300		600	200
Corda Bamba	300	220	200	100
Centro	90			
Pedreiras	340			
Marili		70	300	
3ª Linha	130	630	90	
Linha Pasqualine		300	150	
Linha Zilli	170			
Jaqueline	190		330	
Poço 08	180			
Ponta do Mato			130	130
Poço 03	80	280	60	60
Total	11490	6020	7075	2290

Município de Jaguaruna	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Bal. Esplanada	580		1500	
Torneiro	600		700	
Arroio da Cruz			450	
Linha Carióca	90			
Total	1290		2650	

Município de Sangão	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Rio São Cristovão			40	
Total			40	

Neste período, tivemos um acréscimo em nossos sistemas de distribuição de 6,02 Km de Alta Tensão e 12,78 Km de Baixa Tensão. Também foram executadas melhorias no sistema existente, totalizando 2,29 Km de Alta Tensão e 9,76 Km de Baixa Tensão.

4.2 Serviços executados – instalações de transformadores

Município de Içara		
Localidades	Implantados (kVA)	Ampliados (kVA)
Lagoa Faxinal	1-30	
Corda Bamba	1-15 / 1-112,5 / 1-300	
Jardim Elizabeti	1-45 / 2-75	45 p/ 75, 112,5 p/ 150
Esperança	1-30	
Linha Três Ribeirões	1-30 / 1-45	30 p/ 75
Vila São José	1-75	225 p/ 300
Sanga Funda		1-45 p/ 1-75
Boa Vista	1-45 / 1-75	
Poço 03	1-75 / 2-112,5	
Silvana		30 p/ 45
Liri	2-45 / 1-75	
4ª Linha		150 p/ 300
Urussanga Velha		75 p/ 45
Marili	1-75	
1ª Linha	1-700 / 1-500 / 1-150	75 p/ 300
Linha pasqualine	1-75	
3º Linha	1-15 / 1-45	
Esplanada	1-30 / 1-112,5 / 1-300	
Pedreiras	1-45	
Espigão	1-112,5	
Raichaski	1-112,5 / 1-75	
Total – Potência	33 transformadores – 3.765 kVa	9 transformadores – 667,5 kVa

Município de Jaguaruna		
Localidades	Implantados	Ampliados
Arroio da Cruz		1-15 p/ 1-30
Total – Potência	00 transformador - 0 kVa	1 transformador 15 kVa

Município de Sangão		
Localidades	Implantados	Ampliados
Sangão		30 p/ 45, 75 p/ 150
Orvalho		30 p/ 75
Total – Potência	00 transformador – 0 kVa	3 transformadores – 135 kVa

Neste período foram implantadas 33 novas subestações e ampliadas 13, totalizando 46 subestações, aumentando em 4,58 MVA a Potência Instalada das Redes de Distribuição de Energia Elétrica.

4.3 Subestação Rincão

A Subestação Rincão está em funcionamento desde final de 2011, garantindo o fornecimento de energia elétrica às regiões litorâneas e demais localidades, melhorando a qualidade do sistema de distribuição de energia e facilitando a operação do sistema elétrico.

4.4 Loteamentos e Melhorias

Obras de melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica, atendendo ao crescimento vegetativo, recondutoramento de circuitos para ampliação de cargas.

4.5 Vistorias nas Unidades Consumidoras

Realizamos 4.522 vistorias nas Unidades Consumidoras, buscando reduções das perdas elétricas do sistema de distribuição.

4.6 Iluminação Pública

A Cooperaliança finalizou os serviços de Iluminação Pública nos municípios, passando a ser realizados pelas prefeituras municipais, sendo que todo serviço de manutenção e ampliação é de responsabilidade do poder público.

4.7 Centro de Operação e Distribuição - COD

Durante o período, a Central de Operação e Distribuição “COD” atendeu a 3.289 chamadas em diversas localidades, com falta de energia elétrica.

Também orientou aos consumidores nos procedimentos de instalações elétricas em novas Unidades Consumidoras.

4.8 Aferições de medidores

Neste período foram aferidos 497 medidores de energia elétrica, referentes aos pedidos de aferições e fiscalizações nas Unidades Consumidoras, atendo as normas de distribuição de energia elétrica.

4.9 Análise de Projetos Elétricos

Buscando padronização nas instalações de entrada de energia elétrica, a Cooperaliança exige o projeto elétrico das instalações. A área técnica analisa a carga a ser instalada e as condições da Rede de Distribuição de Energia no local onde será instalada a Unidade Consumidora, orientando os consumidores no que for necessária a segurança e a qualidade no fornecimento. Neste período foram analisados 368 projetos. Desse número, 312 foram residenciais, 46 comerciais, oito industriais e dois loteamentos.

4.10 Balanço Energético - Janeiro/2012 a Dezembro/2012.

Durante este período a Cooperaliança adquiriu da concessionária supridora, à CELESC, um total de 193.450 MWh/ano e distribuiu 174.711 MWh /ano. As perdas somam o montante de 18.739 MWh, totalizando um percentual de 9,69 %.

4.11 Conclusão

Executamos os planos de manutenção preventiva e corretiva para o bom desempenho do sistema de distribuição, melhorando os índices de qualidade e continuidades.

5 PLANEJAMENTOS DE ATIVIDADES – 2013

O crescimento no consumo de energia elétrica vem aumentando a cada ano, e para atender a demanda buscamos alternativas no setor de distribuição de energia, com novos equipamentos e investimentos nas redes de distribuição.

5.1 Suprimento de Energia

Atendimento ao mercado de energia elétrica, bem como ao crescimento do sistema de distribuição dentro da área de concessão. Contratamos junto a Celesc os montantes de energia elétrica e demanda para suprimento dos pontos de conexão: Sangão, Içara e Subestação Rincão, tendo assim garantido o crescimento vegetativo, e novas cargas.

5.1.1 Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

O sistema de distribuição de energia elétrica da Cooperaliança é composto por dez alimentadores com tensão nominal de 13,8 kV, sendo cinco provenientes da Subestação de Içara (Iça-02, Iça-03, Iça-04, Iça-05, Iça-07), e o sexto alimentador é oriundo da Subestação de Jaguaruna (Jva-01).

Com a implantação da Subestação Rincão, passamos a operar com os seguintes alimentadores da SE Rincão Rao-01, Rao-02, Rao-03 e Rao-04, passando operar o sistema de distribuição com dez alimentadores.

Manutenção preventiva e corretiva nos sistema de distribuição de energia elétrica, com inspeção térmica dos sistemas de distribuição bem como a Subestação Rincão.

Acompanhamento do crescimento das cargas nos alimentadores, para executar o planejamento do sistema de distribuição.

5.2 Planejamentos de Obras dos Alimentadores.

Obra	Alimentador	Descrição da Obra	Total R\$	Justificativa
1	Rao-01	Sanga Funda / Barracão	109.000,00	Adequação de novo circuito de Alta Tensão
2	Iça-02	Linha Zilli / BR 101	75.000,00	Adequação Rede de Alta Tensão junto ao sistema de transmissão de 69 KV.
3	Iça-03	Bairro Liri / SC 444 até divisa com Criciúma	90.000,00	Novo circuito de Alta Tensão.
4	Iça-04	Novo alimentador Centro de Içara Bairro Primeiro de Maio	45.000,00	Novo anel do sistema de distribuição para transferência de cargas.
	Total		319.000,00	

5.3 Planejamento: Rede Baixa Tensão

Obra	Circuitos	Descrição das Obras	Total R\$	Justificativa
1	45	Divisão de cargas entre circuitos e recondutoramentos de circuitos e instalações redes multiplexadas	405.000,00	Instalações de novos transformadores, para divisão de circuitos. Aumento de carga.
	Total		405.000,00	

5.4 Aquisição de Equipamentos

Quantidade	Tipo	Total R\$	Justificativa
40	Transformadores	240.000,00	Atender ao aumento de carga, adequar à Resolução da Agência Nacional.
Total		240.000,00	

TOTAL DOS INVESTIMENTOS: R\$ 964.000,00.

6 AUDITORES INDEPENDENTES

A Müller Auditores Independentes S/S – Criciúma, foi contratada pela Cooperaliança para a prestação de serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2012.

7 AGRADECIMENTOS

Cooperação é o ato de cooperar, de ajuda mútua, de dar a mão. Não há quem diga que na vida nunca contou com o apoio e cooperação de alguém.

Somos uma cooperativa, e desde a nossa criação distribuímos energia elétrica, e cooperamos. Estamos presentes no desenvolvimento de uma região inteira, acompanhamos o crescimento de muitas empresas, e fizemos parte da história de todas elas. Vimos brotar nos campos a plantação que mata a fome, que gera economia, que dá a vida.

Nas entidades sociais, distribuímos energia elétrica, e também a energia da união. E quando falamos que vimos, participamos, e cooperamos, não estamos dizendo que fizemos nós, um grupo de diretores apenas. Contamos com a ajuda de um grande grupo, de milhares de pessoas, entre associados, consumidores, Conselhos de administração e fiscal, Delegados da Fecoerusc, e colaboradores.

Queremos registrar o nosso agradecimento a todos. Aos sócios e consumidores, obrigado pela confiança em nosso trabalho. Aos diretores, conselheiros e delegados, obrigado pelo esforço em continuar exercendo a nossa missão, que é distribuir energia elétrica com ética e transparência.

Aos nossos colaboradores, o nosso Muito Obrigado pelo suor emprestado ao desenvolvimento, pelo comprometimento com a qualidade em distribuição de energia, pelo atendimento a cada associado e consumidor que nos procuram diariamente.

Enfim, gostaríamos de registrar o nosso agradecimento a todos que fizeram, e ainda fazem parte desta história. Muito obrigado!

Içara – SC 22 de março de 2013.

Jorge Rodrigues
Presidente em Exercício

Severiano Antônio Valentim
Secretário



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

		Legislação Societária	
		2012	2011
ATIVO			
Circulante	Notas	11.570	11.342
Numerário disponível	5	110	44
Aplicações no mercado aberto	6	302	22
Numerário em trânsito	5.1	319	163
Consumidores	7	11.443	11.017
Rendas a receber	8	217	167
Tributos a compensar	9	220	406
Outros Créditos	10	611	547
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(2.471)	(1.974)
Estoque	12	115	53
Serviço em curso	13	668	856
Prêmios de seguros	14	36	41
Não Circulante		49.466	47.811
Realizável a longo prazo		25.434	22.027
Tributos a compensar	9	147	224
Consumidores	7	1.575	816
Outros Créditos	10	112	112
Ativo Indenizável (concessão)	17	23.590	20.865
Depósitos judiciais	15	10	10
Investimentos	16	2.150	2.146
Intangível	17	22.212	23.703
Participação financeira do consumidor	17.1	(330)	(65)
TOTAL DO ATIVO		61.036	59.153

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

		Legislação Societária	
		2012	2011
PASSIVO			
Circulante		15.878	15.847
	Notas		
Fornecedores	18	5.443	7.055
Folha de pagamento	19	236	208
Tributos e contribuições sociais	20	2.203	1.946
Empréstimos e financiamentos	21.1	4.727	3.648
Credores diversos	22	283	361
Obrigações estimadas	23	437	398
Encargos do consumidor a recolher	24	336	387
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência energética	25	1.443	1.349
Outras contas a pagar	26	770	495
Não Circulante		12.770	12.925
Tributos e contribuições sociais	20	443	1.035
Empréstimos e financiamentos	21.2	10.925	10.495
Provisões para contingências	28	1.402	1.395
Patrimônio Líquido		32.388	30.381
Capital social	30.1	1.306	1.278
Reservas de capital	30.2	873	873
Ajuste de avaliação patrimonial	30.3	10.821	9.613
Reservas de Sobras	30.4	8.263	8.350
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social	30.4	48	4
Reserva para geração de energia	30.4	1.148	1.148
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	30.4	9.223	8.744
Fundo de expansão da sede social	30.4	371	371
Sobras à disposição da A.G.O	30.4	335	0
TOTAL DO PASSIVO		61.036	59.153

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2012	2011
Receita Operacional		67.882	64.829
Fornecimento de energia elétrica	31.1	38.932	34.621
Uso do sistema de distribuição	31.2	25.954	23.097
Receita de construção	31.3	2.117	6.155
Arrendamento e aluguéis	31.4	535	426
Serviços	31.5	344	530
(-) Deduções da receita operacional		19.258	17.672
ICMS	32.1	13.957	12.416
PIS-PASEP	32.1	60	47
COFINS	32.1	280	218
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	32.2	4.961	4.991
(=) Receita Operacional Líquida		48.624	47.157
(-) Custo do serviço de energia elétrica		45.077	47.521
Energia elétrica comprada para revenda	33	27.163	24.850
Encargo de uso do sistema de distribuição	34	5.382	4.922
Custo de operação		12.532	17.749
Pessoal e administradores	35	5.098	5.985
Material		595	770
Serviços de terceiros		2.233	2.815
Depreciação e amortização		1.985	1.623
Custo de Construções		2.117	6.155
Provisões		504	401
(=) Sobra Bruta		3.547	(364)
(-) Despesas operacionais		1.098	937
Despesas com vendas		38	21
Despesas gerais e administrativas		433	633
Outras despesas operacionais		627	283
(=) Resultado do serviço		2.449	(1.301)
(+/-) Receita (despesa/financeira)		(1.826)	(647)
Receita financeira	36	991	1.367
Despesa financeira	36	2.817	2.014
(=) Resultado operacional		623	(1.948)
(=) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda		623	(1.948)
(-) Contribuição Social		0	0
(-) Imposto de Renda		0	0
(=) Sobras do exercício		623	(1.948)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária		
	Associado	N/Associado	Consolidado
Receita Operacional	58.269	9.613	67.882
Fornecimento de energia elétrica	33.712	5.220	38.932
Uso do sistema de distribuição	22.474	3.480	25.954
Receita de construção	1.833	284	2.117
Arrendamento e aluguéis	0	535	535
Serviços e outras receitas	250	94	344
(-) Deduções da Receita Operacional	16.239	3.019	19.258
ICMS	11.980	1.976	13.956
PIS-PASEP	0	61	61
COFINS	0	280	280
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	4.259	702	4.961
(=) Receita Operacional Líquida	42.030	6.594	48.624
(-) Custo do serviço de energia elétrica	38.693	6.384	45.077
Energia elétrica comprada para revenda	23.316	3.847	27.163
Encargo de uso do sistema de distribuição	4.620	762	5.382
Custo de operação	10.757	1.775	12.532
Pessoal e administradores	4.376	722	5.098
Material	511	84	595
Serviços de terceiros	1.917	316	2.233
Depreciação e amortização	1.703	282	1.985
Custo de Construção	1.817	300	2.117
Provisões	433	71	504
(=) Sobra Bruta	3.337	210	3.547
(-) Despesas operacionais	943	155	1.098
Despesas com vendas	33	5	38
Despesas gerais e administrativas	372	61	433
Outras despesas operacionais	538	89	627
(=) Resultado do serviço	2.394	55	2.449
(+/-) Receita (despesa/financeira)	(1.567)	(259)	(1.826)
Receita financeira	851	140	991
Despesa financeira	2.418	399	2.817
(=) Resultado operacional	827	(204)	623
(=) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda	827	(204)	623
(-) Contribuição Social	0	0	0
(-) Imposto de renda	0	0	0
(=) Sobras do exercício	827	(204)	623

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado Abrangente e Destinações Legais e Estatutárias Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2012	2011
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	623	(1.948)
(+/-) Resultado Abrangentes	335	1.948
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8	204	1.948
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (associados)	131	
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	958	0
RESULTADOS COM TERCEIROS	(183)	(472)
Resultado Líquido do Exercício (Oper. com não Associados)	(204)	(472)
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (não associados)	21	
Base para Destinações Legais e Estatutárias	958	0
Fundo de Reserva - Art. 46, inc.a - Estatuto Social - 10%	96	0
FATES - Art. 46, inc. b - Estatuto Social - 5%	48	0
Fundo Exp. Manut. Sist. Distr. - Art. 46, inc. c - Estatuto Social - 50%	479	0
FATES - Operações com terceiros - Art. 48 - Estatuto Social.	0	0
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	335	0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
 CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro				Saldo á disposição da A.G.O	Total	
				Reservas de sobras	Recursos destinados a aumento de capital	FATES	Outros fundos			Fundo de exp. Da sede social
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.212	873	9.613	10.298	1.148	30	8.536	371	208	32.289
Capital Social										0
Integralização das Sobras										
Integralização de quotas		38								38
Capital a integralizar		28								28
Realização de reservas e fundos										(26)
Aumento de reservas							208		(208)	0
Resultado do exercício (Associados)				(472)						(472)
Resultado do exercício (Não associados)				(1.476)						(1.476)
Destinações estatutárias										0
Fundo de reserva										0
FATES										0
Fundo exp e manut Sist distr.										0
Ajustes de Avaliação Patrimonial										0
Avaliação a Valor Justo (IFRIC12)										0
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.278	873	9.613	8.350	1.148	4	8.744	371	0	30.381
Capital Social										0
Integralização das Sobras										0
Integralização de quotas		28								28
Capital a integralizar										0
Integralização de reservas/fundos										0
Realização de reservas e fundos									335	179
Aumento de reservas										0
Resultado do exercício (Associados)									827	827
Resultado do exercício (Não associados)				(183)					(204)	(387)
Destinações estatutárias										0
Fundo de reserva				96					(96)	0
FATES						48			(48)	0
Fundo exp e manut Sist de distr.							479		(479)	0
Ajustes de Avaliação Patrimonial										0
Avaliação a Valor Justo (IFRIC12)			1.360							0
Ajustes de avaliação patrimonial										0
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.306	873	10.821	8.263	1.148	48	9.223	371	335	32.388

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2012	2011
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	623	(1.948)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:	2.482	2.024
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	497	401
Depreciação e amortização	1.985	1.623
Resultado ajustado do exercício	3.105	76
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(905)	4.459
Consumidores	(1.185)	(1.509)
Ativo regulatório	0	5.533
Rendas a receber	(50)	(43)
Tributos a compensar	263	(51)
Devedores diversos	0	0
Outros créditos	(64)	451
Estoques	(62)	101
Premios de seguros	5	(18)
Serviço em curso	188	(5)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(4.093)	(20.712)
Fornecedores	(1.612)	2.580
Passivo regulatório	0	(4.399)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	28	12
Tributos e contribuição social	(335)	1.482
Credores diversos	(78)	79
Obrigações estimadas	39	(74)
Encargos do consumidor a recolher	(51)	105
Outras contas a pagar	275	366
Pesquisa e Desenvolvimento, e Eficiência Energética	94	104
Provisão para contingências	7	(21)
Depósitos judiciais	0	43
Ativo indenizável (concessão)	(2.725)	(20.865)
Participação financeira do consumidor	265	(124)
Caixa oriundo das atividades operacionais	(1.893)	(16.177)
Atividades de investimento		
Aumento nos investimentos	(4)	(7)
Aplicações no imobilizado	0	31.432
Aplicações no intangível	(493)	(23.703)
Total das atividades de investimento	(497)	7.722
Atividades de financiamento		
Aumento de capital pelos sócios	28	66
Reservas de capital	(4)	(26)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.359	7.702
Empréstimos e financiamentos	1.509	451
Total das atividades de financiamento	2.892	8.193
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	502	(262)
Saldo inicial de disponibilidades	229	491
Saldo final de disponibilidades	731	229
Varição no caixa e equivalentes de caixa	502	(262)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

**Demonstração do valor adicionado - DVA dos exercícios findos em 31 de dezembro de
2012 e 2011**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2012	2011
Receitas	67.378	64.428
Venda de energia e serviços	38.932	34.621
Uso do sistema de distribuição	25.954	23.097
Receitas de Construção	2.117	6.155
Locação de Postes	535	426
Serviços e Outras Receitas	344	530
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(504)	(401)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	38.588	40.449
Insumos consumidos	32.545	29.772
Serviços de terceiros	2.233	2.815
Materiais	595	770
Custos de Construção	2.117	6.155
Outras receitas	1.098	937
(=) Valor adicionado bruto	28.790	23.979
(-) Quotas de reintegração	1.985	1.623
Depreciação, amortização e exaustão	1.985	1.623
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	26.805	22.356
(+) Valor adicionado recebido em transferência	991	1.367
Receitas financeiras	991	1.367
(=) Valor adicionado total a distribuir	27.796	23.723
Distribuição do valor adicionado	27.796	23.723
Pessoal	4.342	5.202
Remuneração direta	3.351	3.778
Auxílio alimentação	227	267
Assistência médica/plano de saúde	176	215
Encargos sociais exceto INSS	529	726
Outros	59	216
Governo	20.014	18.455
Federal	6.057	6.039
INSS (folha de pagamento)	756	783
Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
PIS/COFINS	340	265
Encargos do consumidor	4.961	4.991
Estadual	13.957	12.416
ICMS	13.957	12.416
Remuneração de capital de terceiros	2.817	2.014
Outras despesas financeiras	2.817	2.014
Remuneração de capitais próprios	623	(1.948)
Sobra do exercício	623	(1.948)
Valor adicionado (médio) por empregado	343	276

As notas explicativas da administração são partes integrantes destas demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A concessionária é uma sociedade cooperativa, de natureza civil, com sede na cidade de Içara, estado de Santa Catarina, Brasil constituída na forma da Lei nº 5.764/71, controlada pelos associados, com o objetivo principal a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica a associados e público indistinto, em qualquer de suas formas, regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

2 DA CONCESSÃO

A Cooperativa possui concessão, consolidada no contrato nº 145/2002, firmado com o poder concedente por prazo de 20 anos, com validade até o dia 7 de julho de 2015, para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Içara, Araranguá, Sangão e Jaguaruna, atendendo a 33.666 consumidores cativos e um consumidor livre. Adicionalmente, pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*.

A) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Administração da concessionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02(R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, obrigações estimadas, provisões para contingências, estoques e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações, envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A concessionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A) Caixas e Equivalentes de Caixa

Compostos por valores em espécie e depósitos bancários, disponíveis.

B) Aplicações no mercado aberto e títulos de valores mobiliários

Estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

C) Consumidores a receber

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

D) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecido em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, e calculada na forma do manual de contabilidade da ANEEL.

E) Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

F) Ativos e Passivos Regulatórios

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determinada a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetam as demonstrações contábeis societárias, em razão destes valores serem de natureza regulatória.

Os montantes dos ativos e passivos regulatórios em 31 de dezembro de 2012, são os seguintes:

G) Investimentos

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito, de prestação de serviços e federações, estão registradas pelo seu custo de aquisição, mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

Para os investimentos em terrenos, dos quais não pertence à atividade vinculada na prestação de serviço de energia elétrica, a concessionária optou em adotar o custo atribuído em 1 de janeiro 2010. A cooperativa contratou empresa especializada em avaliação de imóveis, onde o respectivo trabalho resultou no valor justo destes investimentos.

H) Concessão do Serviço Público (Ativo Indenizado)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de Concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Concessionária, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para agosto de 2013), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

I) Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao novo valor de reposição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

J) TAXAS REGULAMENTARES

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua Receita Operacional Líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria de consumo aos agentes de geração.

K) Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Construção

A ICPC 01(R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A concessionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a concessionária terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

L) Instrumentos Financeiros Não Derivativos

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, assim como outras contas a pagar.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a empresa tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como “mantidos até o vencimento”. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido, líquidas dos efeitos tributários. A empresa não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a empresa gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. A empresa não possui instrumentos financeiros derivativos.

M) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

N) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

5 DISPONIBILIDADES

Legislação societária		
Numerário Disponível	2012	2011
Caixa	2	10
Bancos	108	34
TOTAL	110	44

5.1 Numerário em Trânsito

Legislação societária		
Numerário em Trânsito	2012	2011
Numerário	319	163
TOTAL	319	163

Os valores de numerário em trânsito são referentes a créditos quitados e não repassados pelo agente arrecadador, resultante de disposição estabelecida em convênio de cobrança.

6 APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Legislação societária					
Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2012	2011
Bradesco S/A	Fundos	36 meses	CDI a.m	-	11
Banco Itaú S/A	Aplic Aut	diário	25% CDI a.m	302	11
Banco Santander	Aplicação	30 dias	CDI a.m	-	-
TOTAL				302	22

7 CONSUMIDORES

Legislação societária		
	2012	2011
Consumidores		
Faturados	33.667	32.803
TOTAL	33.667	32.803

a) Composições das contas a receber

Consumidor	Legislação societária							
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
					2012	2011	2012	2011
Residencial	1.731	663	306	2.700	470	431	2.230	2.150
Industrial	2.399	1.189	308	3.896	1.300	1.074	2.596	3.489
Comercial	848	204	144	1.196	200	183	996	930
Rural	470	182	95	747	122	106	625	690
Poder público	47	3	6	56	6	4	50	52
Iluminação pública	202	190	132	524	112	75	412	251
Serviço público	63	-	-	63	-	-	63	63
Renda não faturada	1.097	-	-	1.097	-	-	1.097	835
Subtotal - consumidores	6.857	2.431	991	10.279	2.210	1.873	8.069	8.460
Serviço taxado	17	19	16	52	-	-	52	49
Participação financeira	-	-	4	4	-	-	4	4
Parcelamentos	541	122	427	1.100	-	-	1.100	623
Encargo de capacidade	-	-	8	8	-	-	8	8
TOTAL - CIRCULANTE	7.415	2.572	1.446	11.443	2.210	1.873	9.233	9.144
Parcelamentos	169	-	-	169	-	-	169	817
Industrial	1.406	-	-	1.406	-	-	1.406	-
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	1.575	-	-	1.575	-	-	1.575	817

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer em face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com o que determina a Manual de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

Foram realizadas ainda provisão para créditos de liquidação duvidosa das faturas da empresa Coposul – Copos plásticos do Sul Ltda, a qual está em processo de concordata. A Administração da concessionária entende que 50% dos valores devidos pela empresa são suficiente para cobrir possíveis perdas.

b) Consumidores de baixa renda

A Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 alterou as disposições contidas na lei 10.438 de 26 de abril de 2002 instituindo a TSEE (Tarifa Social de Energia Elétrica), que regulamenta o benefício aos consumidores da classe residencial baixa renda

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) regulamentou a aplicação da Lei 12.212/2010 através da resolução homologatória nº 945/2010 ampliando prazos progressivos para eliminação de benefícios oriundos da aplicação da 10.438/2002 e resoluções da ANEEL nº 246/2002 e nº 485/2002.

A concessionária mantém a contabilização em classe própria porem não recebe subvenção da CDE para complementação tarifária sendo esta perda recuperada como financeiro na revisão tarifaria que será realizada no terceiro ciclo em 14/08/2013.

8 RENDAS A RECEBER

	Legislação Societária	
	2012	2011
Outras Rendas		
Multas p/ atraso	113	86
Tarifa de correio	8	7
Acréscimo moratório	67	57
Atualização monetária	17	11
Renda de serviço de arrecadação	12	6
TOTAL	217	167

9 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

Circulante

	Legislação Societária	
	2012	2011
ICMS sobre o ativo imobilizado	155	170
ICMS (faturas cancelados)	10	174
Saldo negativo de CSLL	7	9
IRRF	46	43
Saldo negativo de IRPJ	2	10
TOTAL	220	406

Não circulante

NÃO CIRCULANTE	Legislação Societária	
	2012	2011
ICMS sobre ativo imobilizado	147	224
TOTAL	147	224

10 OUTROS CRÉDITOS

a) Circulante

	Legislação Societária	
	2012	2011
Empregados	58	55
Serviços prestados a terceiros	146	182
Equipamentos em poder de terceiros	59	52
Cheques em cobrança	77	76
Aluguéis a receber e duplicatas a receber	127	123
Cheques sem Custódia	71	-
Outros	73	59
TOTAL	611	547

b) Não circulante

	Legislação Societária	
	2012	2011
Capitalização – Banco Bradesco S/A	100	100
Empregados	12	12
TOTAL	112	112

11 PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

	Legislação Societária	
	2012	2011
Provisão para devedores duvidosos	2.210	1.873
Provisão PCLD – outros Creditos	261	101
TOTAL	2.471	1.974

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE – resolução ANEEL nº. 444, de 26 de outubro de 2001, item 6.3.2 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
 Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

12 ESTOQUE

Material	Legislação Societária	
	2012	2011
Almoxarifado em serviço	28	35
Adiantamento a fornecedores	87	19
Desativação em curso	-	(1)
TOTAL	115	53

13 SERVIÇOS EM CURSO

	Legislação Societária	
	2012	2011
Serviços prestados a terceiros		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	283	183
Programa de Eficiência Energética – PEE	264	301
Serviços prestados a terceiros	56	339
Implantação da Resolução 367/2009	65	33
TOTAL	668	856

14 PRÊMIOS DE SEGUROS

	Legislação Societária	
	2012	2011
Seguros de equipamentos	25	25
Seguros de prédios	2	2
Seguros de veículos	9	14
TOTAL	36	41

15 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Legislação Societária	
	2012	2011
Trabalhistas	10	10
TOTAL	10	10

16 INVESTIMENTOS

	Legislação societária	
	2012	2011
Coligadas	-	-
Fecoerusc Ltda.	35	35
Credija – Sicoob – SC	8	7
Unicred	2	2
Acicred	18	16
Terrenos não operacionais	18	18
Ajuste de avaliação patrimonial	52	52
Terreno Associação	158	158
Ajuste de avaliação patrimonial	1.859	1.858
TOTAL	2.150	2.146

17 IMOBILIZADO

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

O Ativo Imobilizado da concessionária está composto da seguinte

BENS

CONTAS	Saldo 2011	Imobiliz.	Desativações	(+/-)Transf.	Ajustes 367/09	Saldo 2012
Distribuição	27.844	17.520	2.187	3	1.333	44.513
Licença de software	3	-	-	-	-	3
Intangível – Serv. 69KV	-	-	-	300	-	300
Terrenos – LD 69 KV	-	-	-	49	-	49
Terrenos – SE 69/13,8 KV	-	-	-	250	-	250
Edif. Obras Civis e Benf. - SE	-	-	-	1.127	-	1.127
Máquinas e equipamentos	26.460	17.520	2.187	(15.690)	1.333	27.436
Maquinas e equip. – LD 69 KV	-	-	-	5.898	-	5.898
Maquinas e equip. – SE	-	-	-	1.200	-	1.200
Maquinas e equip. SE 69/13,8 KV	-	-	-	6.863	-	6.863
Veículos	1.341	-	-	-	-	1.341
Móveis e utensílios	40	-	-	-	-	40
Móveis e utensílios SE Rincão	-	-	-	6	-	6
Comercialização	3.245	9	39	(3)	-	3.212
Licença de software	6	9	-	-	-	15
Edif. Obras Civis e Benf.	226	-	-	-	-	226
Máquinas e equipamentos	2.922	-	36	(3)	-	2.883
Móveis e utensílios	91	-	3	-	-	88
Administração	1.269	12	42	-	-	1.239
Licença de software	137	3	-	-	-	140
Terrenos	53	-	-	-	-	53
Edif. Obras Civis e Benf.	563	-	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	239	9	18	-	-	230
Veículos	72	-	-	-	-	72
Móveis e utensílios	205	-	24	-	-	181
TOTAL	32.358	17.541	2.268	-	1.333	48.964

DEPRECIACÃO

CONTAS	Saldo 2011	Depreciação	Desativações	(+/-) Transf.	Ajustes 367/09	Saldo 2012
Distribuição	(10.341)	(1.611)	1.166	-	(644)	(11.431)
Licença de software	(2)	(1)	-	-	-	(3)
Intangível – Serv. 69KV	-	-	-	-	-	-
Terrenos – LD 69 KV	-	-	-	-	-	-
Terrenos – SE 69/13,8 KV	-	-	-	-	-	-
Edif. Obras Civis e Benf. - SE	-	(39)	-	-	-	(39)

Continua

Conclusão

Máquinas e equipamentos	(9.404)	(1.055)	1.166	80	(644)	(9.857)
Maquinas e equip. – LD 69 KV	-	(160)	-	(32)	-	(192)
Maquinas e equip. – SE	-	(33)	-	(6)	-	(39)
Maquinas e equip. SE 69/13,8 KV	-	(211)	-	(42)	-	(253)
Veículos	(914)	(111)	-	-	-	(1.026)
Móveis e utensílios	(21)	(1)	-	-	-	(22)
Móveis e utensílios SE Rincão	-	-	-	-	-	-
Comercialização	(1.071)	(173)	34	1	-	(1.209)
Licença de software	(4)	(3)	-	-	-	(7)
Edif. Obras Civis e Benf.	(58)	(7)	-	-	-	(65)
Máquinas e equipamentos	(992)	(158)	32	1	-	(1.117)
Móveis e utensílios	(17)	(5)	2	-	-	(20)
Administração	(596)	(61)	42	-	-	(615)
Licença de software	(114)	(9)	-	-	-	(123)
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edif. Obras Civis e Benf.	(241)	(19)	-	-	-	(260)
Máquinas e equipamentos	(112)	(14)	18	-	-	(108)
Veículos	(46)	(10)	-	-	-	(56)
Móveis e utensílios	(83)	(9)	24	-	-	(68)
TOTAL	(12.008)	(1.845)	1.242	-	(644)	13.255

EM CURSO

CONTAS	Saldo 2011	Entradas	Saídas	(+/-) Transf.	Ajustes 367/09	Saldo 2012
Distribuição	16.231	4.768	(20.386)	-	-	613
Máquinas e equipamentos	15.582	2.117	(17.698)	-	-	1
Estudo e projetos	148	-	-	-	-	148
Material em deposito	501	1.485	(1.522)	-	-	464
Compra em andamento	-	1.166	(1.166)	-	-	-
Comercialização	-	54	(54)	-	-	-
Compra em andamento	-	54	(54)	-	-	-
Administração	425	41	(33)	-	-	433
Intangíveis	9	14	(12)	-	-	11
Edif. Obras Civis e Benf.	416	6	-	-	-	422
Máquinas e equipamentos	-	9	(9)	-	-	-
Material em deposito	-	12	(12)	-	-	-
TOTAL	16.656	4.863	(20.473)	-	-	1.046

AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

CONTAS	Saldo 2011	Entradas	Saídas	(+/-)Transf.	Ajustes 367/09	Saldo 2012
Distribuição	5.591	3.911	(2.871)	-	-	6.632
Licença de software	2	-	-	-	-	2
Licença de software	0	1	-	-	-	1
Máquinas e equipamentos	14.133	279	(2.832)	-	-	11.580
Maquinas e equip.	(8.650)	3.378	-	-	-	(5.272)

Continua

Conclusão

Veículos	207	-	(39)	-	-	169
Veículos	(98)	246	-	-	-	148
Móveis e utensílios	(15)	-	-	-	-	(15)
Móveis e utensílios SE Rincão	12	7	-	-	-	19
Comercialização	(599)	403	-	-	-	(197)
Licença de software	5	-	-	-	-	5
Licença de software	-	2	-	-	-	2
Edif. Obras Civis e Benf.	341	-	-	-	-	341
Edif. Obras Civis e Benf.	(117)	10	-	-	-	(107)
Máquinas e equipamentos	(1.360)	81	-	-	-	(1.279)
Máquinas e equipamentos	532	301	-	-	-	833
Móveis e utensílios	(5)	1	-	-	-	(4)
Móveis e utensílios	5	8	-	-	-	12
Administração	2.569	162	(119)	-	-	2.613
Licença de software	114	-	-	-	-	114
Licença de software	14	-	(24)	-	-	(10)
Terrenos	2.079	-	-	-	-	2.079
Edif. Obras Civis e Benf.	851	-	-	-	-	851
Edif. Obras Civis e Benf.	(607)	26	-	-	-	(581)
Máquinas e equipamentos	62	-	(6)	-	-	56
Máquinas e equipamentos	(90)	32	-	-	-	(59)
Veículos	16	-	(4)	-	-	13
Veículos	(12)	27	-	-	-	16
Móveis e utensílios	264	-	(85)	-	-	179
Móveis e utensílios	(122)	77	-	-	-	(45)
TOTAL	7.561	4.476	(2.990)	-	-	9.048

TOTAL IMOBILIZADO	44.567	25.035	(24.489)	-	689	45.802
--------------------------	---------------	---------------	-----------------	---	------------	---------------

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado nas demonstrações contábeis pelos seguinte itens:

ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A concessão não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

INTANGIVEL

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

17.1 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como, as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

À partir de 14 de agosto de 2009, data da segunda Revisão Tarifária da cooperativa, estas obrigações estão sendo depreciadas.

A composição destas obrigações:

Participação Financeira do Consumidor	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	Legislação Societária	
			2012	2011
			Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	92	(41)	51	207
Ajuste de avaliação patrimonial	279	-	279	(139)
TOTAL	370	(41)	330	65

18 FORNECEDORES

	Legislação societária	
	2012	2011
Energia elétrica – Celesc Distribuição S.A	4.211	5.511
Materiais e serviços	1.232	1.544
TOTAL	5.443	7.055

19 FOLHA DE PAGAMENTO

	Legislação societária	
	2012	2011
Diretores	13	7
Empregados	141	128
Contribuição social	30	25
Pensões Judiciais descontadas	2	3
Sindicato	3	1
IRRF	26	20
Convênios/repasses descontados dos funcionários	21	24
TOTAL	236	208

20 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Legislação Societária	
	2012	2011
Circulante		
ICMS normal	1.109	1.192
ICMS parcelamentos	887	591
Imposto de renda	4	3
PIS a recolher	11	5
COFINS a recolher	50	21
ISS – Imposto Sobre Serviço	6	10
INSS empresa	64	53
INSS autônomos	6	12
FGTS	33	30
INSS prestadores de serviços	15	14
PIS	7	5
Contribuição social	1	-
Outros	10	10
TOTAL	2.203	1.946

	Legislação Societária	
	2012	2011
Não Circulante		
ICMS parcelamentos	443	1.035

21 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

21.1 CIRCULANTE

Instituição Financeira	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	Legislação Societária	
					2012	2011
Caixa Econômica Federal		3	1,80% am	30/07/2015	153	
Bradesco S/A	5342003	3	1,68% a.m	01/08/2013	490	625
Caixa Econômica Federal	8678	1	1,8% a.m + TR	22/12/2012	-	168
Acicred Assoc. Crédito	B10333097-4	2	0,6% a.m+cdi	20/09/2014	333	336
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	21.360	3	4,5% a.a	15/04/2020	128	120
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE (W2)	21.359	3 e 4	4,9% a.a + TJLP	15/04/2020	806	1.398
Banco Itaú		3	1,59 a.m	13/02/2015	1.081	-
ACICRED Associação de Crédito (W1)						
Caixa Econômica Federal (W1)					186	
Banco Itaú (W)					910	786
Bradesco S/A (W1)			1,95 % a.m		640	215
TOTAL					4.727	3.648

21.2 NÃO CIRCULANTE

NÃO CIRCULANTE	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	Legislação Societária	
					2012	2011
Caixa Econômica Federal	-	3	1,8% a.m	30/07/2015	379	-
Bradesco S/A	5342003	3	1,68% a.m	01/08/2013		492
Banco Itaú	-	3	1,59 a.m	13/02/2015	1.560	-
Acicred Assoc. Crédito	B10333097-4	2	0,6% a.m+cdi	20/09/2014	250	583
Banco Reg. Desenv. Ext. BRDE	21360	3	4,5% a.a	15/04/2020	1.191	1.321
Banco Reg. Desenv. Ext. BRDE	21359	3 e 4	4,9% a.a + TJLP	15/04/2020	7.545	8.099
TOTAL					10.925	10.495

Garantias

- 1 – Caução
- 2 – Aval
- 3 – Alienação fiduciária
- 4 – Hipoteca

W1 – Saldo negativo em contas correntes

W2 – Estão hipotecados a este financiamento os seguintes imóveis:

Imóvel	Hipoteca	Localização	M ²	Matricula
Terreno urbano	1º Grau	Içara	4.140	23.861
Terreno urbano	1º Grau	Içara	840	20.200
Terreno urbano	1º Grau	Içara	13.920	31.388
Terreno urbano	1º Grau	Içara	2.552	30.735
Terreno urbano	2º Grau	Içara	10.000	36.431

22 CREDORES DIVERSOS

	Legislação Societária	
	2012	2011
Consumidores	214	290
Outros créditos	69	71
TOTAL	283	361

23 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Legislação Societária	
	2012	2011
Tributos e contribuições sociais	126	111
Folha de pagamento	311	287
TOTAL	437	398

24 ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	Legislação Societária	
	2012	2011
Quota da conta de desenvolvimento energético – CDE	151	134
Quota de reserva global de reversão – RGR	-	59
Quota da conta de consumo de combustível – CCC	109	194
Proinfa	76	-
TOTAL	336	387

25 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	Legislação Societária	
	2012	2011
Pesquisa e desenvolvimento – FNDCT	17	14
Pesquisa e desenvolvimento – MME	9	7
Pesq. e Desenv. Recursos em poder da empresa	574	462
Programa de Eficiência Energética	843	866
TOTAL	1.443	1.349

26 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Legislação Societária	
	2012	2011
Encargos tarifários	48	48
Convênios	7	8
Taxa de fiscalização	7	6
Cosip	672	401
Encargo ex-isolados	26	22
Outras	10	10
TOTAL	770	495

27 CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO

A Lei nº 5.764/71, que regulamenta as sociedades cooperativas, estabelece a isenção da tributação do ato cooperativo resultando consequente na não tributação do PIS/COFINS, na venda de bens e serviços aos seus associados.

A contribuição para o PIS/COFINS ocorre na venda de bens a não associados, na proporção de 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) para o PIS e de 3,00% (três pontos percentuais) para a COFINS.

A concessionária aplicou no exercício as disposições legais concernentes a tributação no que tange a operações com não associados.

28 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Contingência	Valor da Provisão		2012	Valor da Provisão		2011
	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Fiscais						
Cofins		1.064			1.064	
Pis		231			231	
Subtotal					1.295	
Contingência	Valor da Provisão		2012	Valor da Provisão		2011
	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Trabalhistas						
Ações	7	107	10		100	10
Subtotal	7	107	10		100	10
Regulatórias	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	(21)	-	-
Subtotal	-	-	-	(21)	-	
TOTAL	7	1.402	10	(21)	1.395	10

28.1 Fiscais

Com a edição da MP 1858/99, e Lei Complementar nº 70/91 todas as cooperativas passaram a ser tributadas inclusive sobre PIS e COFINS até então isenta conforme Lei nº 5.764/71. As cooperativas do estado junto com Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (Fecoerusc) impetraram ação de inconstitucionalidade da MP, e nesta condição, o provisionamento foi efetuado até o advento da Instrução Normativa 358/2003 da Receita Federal.

28.2 Trabalhistas

Encontram-se em andamento reclamatórias cíveis e trabalhistas movidas contra a entidade, cujo montante das causas esboçados pela assessoria jurídica, aproxima-se de R\$ 938 mil.

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda dessas causas classificados como "Prováveis", chegam ao valor de R\$ 107 mil reais, dos quais foram realizados o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

29 DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Das sobras apuradas no exercício de 2012, foram provisionados os seguintes fundos, de acordo com o Artigo 46º e 48º do Estatuto Social.

	Legislação societária	
	Percentual %	Valor
Ajustes de exercício anteriores		-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		152
Sobras líquidas do exercício		623
Total das sobras		775
Resultado com associados		827
Resultado com não associados		(204)
Resultado do exercício		623

Base para destinações legais e estatutárias		958
Fundo de reserva legal	10%	96
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	5%	48
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	50%	479
Resultado com não associados destinado ao FATES	100%	-
Total das destinações estatutárias		623
Sobras à disposição da AGO		335

O resultado negativo de operações com terceiros são absorvidos pela reserva legal, conforme legislação vigente.

30 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

30.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.306, é constituído de quotas partes conforme artigo 14º do Estatuto Social, “O Capital Social da Cooperativa é representado por quotas – partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas subscritas, mas nunca será inferior a 10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).

	Legislação Societária	
	2012	2011
Capital Subscrito	1.335	1.310
(-) Capital a Integralizar	(29)	(32)
TOTAL	1.306	1.278

30.2 Reservas de capital

	Legislação Societária	
	2012	2011
Correção monetária complementar	873	873
	873	873

30.3 Ajuste de avaliação patrimonial

	Legislação Societária	
	2012	2011
Ajuste de avaliação patrimonial	10.821	9.613
	10.821	9.613

30.4 Reserva de sobras

	Legislação Societária	
	2012	2011
Reserva legal	8.263	8.350
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	48	4
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	9.223	8.744
Reserva p/ Geração de Energia	1.148	1.148
Fundo de Expansão da Sede Social	371	371
Sobras à disposição da A.G.O	335	-
TOTAL	19.388	18.617

Conforme artigo 46 do Estatuto Social:

“A Cooperativa se obriga a constituir”: a) O Fundo de Reserva destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício. B) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício. C) O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% das sobras líquidas verificadas no exercício.

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício, após constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em Assembléia Geral. Nos últimos 10 anos a A.G.O determinou que as sobras fossem destinadas ao fundo de reserva legal, fundo de expansão e melhoria e capitalizadas. Caso a A.G.O defina a distribuição, entre os associados, das sobras apuradas no exercício o estatuto social define assim a sua distribuição: **“Art. 51 – As sobras líquidas da Cooperaliança apuradas no exercício, serão rateadas entre os associados na direta proporção do usufruto dos serviços, salvo deliberação adversa da assembleia geral.”**

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 89, define que os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do fundo de reserva e, se insuficiente este, mediante a rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do art.80.

31 RECEITA OPERACIONAL

31.1 Fornecimento energia elétrica

	Nº de consumidores		MWH		Legislação Societária	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Consumidores						
Residencial	28.630	27.390	48.073	44.654	12.916	11.092
Industrial	209	201	80.514	76.254	16.126	14.775
Comercial	1.883	1.808	20.613	18.903	5.506	4.873
Rural	2.686	2.612	12.184	10.862	1.991	1.699
Poder público	238	230	1.289	1.169	338	298
Iluminação pública	04	04	9.617	8.729	1.443	1.307
Serviço público	10	09	2.290	2.148	455	431
Consumo próprio	07	08	131	134	-	-
Renda não faturada					157	146
TOTAL	33.667	32.802	174.711	162.853	38.932	34.621

31.2 Uso do sistema de distribuição

	Legislação Societária	
	2012	2011
Consumidores		
Residencial	8.612	7.400
Industrial	10.749	9.857
Comercial	3.670	3.251
Rural	1.328	1.134
Poder público	226	199
Iluminação pública	961	872
Serviço público	303	287
Renda não faturada	105	97
TOTAL	25.954	23.097

31.3 Receita de construção

	Legislação Societária	
	2012	2011
Receita de construção	2.117	6.155
TOTAL	2.117	6.155

31.4 Arrendamentos e aluguéis

	Legislação Societária	
	2012	2011
Uso de redes compartilhado	535	426
TOTAL	535	426

31.5 Serviço e outras receitas

	Legislação Societária	
	2012	2011
Serviços Taxados	263	173
Renda da prestação de serviços	77	356
Outras receitas	4	1
TOTAL	344	530

32 DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

32.1 Impostos

	Legislação Societária	
	2012	2011
ICMS	13.957	12.416
PIS-PASEP	60	47
COFINS	280	218
TOTAL	14.297	12.681

32.2 Encargos do Consumidor

	Legislação Societária	
	2012	2011
Quota p/ reserva global de reversão - RGR	570	431
Programa de Eficiência Energética - PEE	245	204
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.805	1.556
Conta de Consumo de Combustível - CCC	1.955	2.439
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	245	204
Encargo Ex-Isolados	139	157
CVA – Compra de Energia	2	-
TOTAL	4.961	4.991

33 ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

Suprimento	Quantidade MWH		Legislação Societária	
	2012	2011	2012	2011
Celesc Distribuição S/A	193.450	181.106	27.163	24.850

34 ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

TUSD	Legislação Societária	
	2012	2011
Celesc Distribuição S/A	5.382	4.922

35 DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas de Pessoal:

	Legislação Societária	
	2012	2011
Remunerações (incluídos diretores R\$ 305)	3.102	3.555
Encargos sociais	1.954	2.160
Auxílio alimentação	248	290
Convênio assistencial e outros benefícios	192	234
Roupas profissionais	-	113
Seguros	18	18
Auxílio Transporte	2	4
Capacitação e treinamento	45	100
(-) Transferência para ordens em curso	(463)	(489)
TOTAL	5.098	5.985

Nas despesas com pessoal estão incluídas a remunerações dos diretores, membros do Conselho Fiscal e Delegados representantes junto a Fecoerusc.

36 RESULTADO FINANCEIRO

	Legislação Societária	
	2012	2011
Receitas financeiras	991	1.367
(-) Despesas financeiras	2.817	2.014
TOTAL	(1.826)	(647)
	Legislação Societária	
	2012	2011
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1	4
Juros recebidos	60	74
Encargos financeiros sobre energia	745	706
Outras – Receitas financeiras	123	29
Variações monetárias – Ativos Regulatórios	62	554
TOTAL	991	1.367
	Legislação Societária	
	2012	2011
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	173	20
Outras despesas	47	120
Juros ICMS	197	36
Multa indicadores de continuidade	15	8
Compensação medição de tensão e qualidade no atendimento Com.	18	8
Multas moratórias	8	182
Juros Fornecedores	303	282
Atualização Monetária	121	483
Juros sobre financiamentos	1.881	282
Varição monetárias – Empréstimos	-	83
Variações monetárias – Passivos Regulatórios	54	510
TOTAL	2.817	2.014

37 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o Imposto de Renda e a contribuição social obedece ao disposto na Legislação Fiscal e na Lei nº 5.764/71, (sociedades cooperativas), que define a forma de tributação sobre operações com associados e com terceiros (não associados).

Operações	Legislação Societária	
	2012	2011
Associados	58.269	56.839
Não associados	9.613	7.990
TOTAL DA RECEITA	67.882	64.829

A Lei nº 5.764/71 isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou seja, a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

Portanto, como o resultado com terceiros (não associados) de 2012 foi negativo em R\$ (183), não temos provisão de Imposto de Renda e contribuição social.

38 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Cooperativa Aliança não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

39 PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A concessionária patrocina integralmente o plano de saúde da Unimed aos funcionários.

Os dependentes, pelo sistema de custo operacional, através de parceria com a Associação de Funcionários.

Possui convênio odontológico para atendimento de funcionários.

Também mantém contratado seguro de vida no agente financeiro Itaú Vida e previdência S/A a todos os colaboradores.

Bolsa de estudo aos colaboradores custeando 50% das mensalidades englobando cursos regulares de extensão nível superior e profissionalizante dentro da atividade profissional de cada colaborador e 75% para os profissionais que estão cursando o técnico em eletrotécnica.

Vale alimentação a todos os colaboradores em convênio com Federação das associações empresariais de SC - FACISC no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Vale transporte aplicado de conformidade com as disposições previstas no decreto nº 95.247/1987.

Convênio para saúde ocupacional e segurança do trabalho firmado com a empresa ergo medicinal.

Disponibilização de uniformes a todos os funcionários.

40 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Cooperativa Aliança não efetuou transações com partes relacionadas, por não possuir controle acionário com empresas controladas. A citação efetuada no item investimentos refere-se a capital integralizado em órgão de classe do cooperativismo.

41 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos Veículos	Data da Vigência	Importância Segurada
Frota	Varias	1.412
Equipamentos	27/09/2012 a 27/09/2013	1.569
Prédios	05/05/2012 a 05/05/2013	2.500

42 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (*)

O decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2008, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao meio rural – Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes. A concessionária não utilizou recursos deste programa, sustentados pelo fato de ter sua área de concessão universalizada.

43 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira, no resultado e nas atividades são:

- A concessionária sofrera no mês de agosto de 2013 a revisão tarifária, realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a qual ocorre a cada quatro anos. Neste trabalho o órgão regulador efetua análise detalhada dos itens que compõem a tarifa de energia elétrica da cooperativa, inclusive uma nova avaliação dos bens vinculados ao serviço público de distribuição de energia elétrica.



- A Medida Provisória 579, de 11 de setembro 2012, convertida na Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, reduziu os encargos setoriais sobre a modicidade tarifária das empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, com o objetivo de reduzir em 2013 o valor das tarifas de energia elétrica.

Jorge Rodrigues

Presidente em Exercício

Severiano Antônio Valentim

Secretário

Daniel Zanolli Vieira

Contador CRC SC.030661/O-7

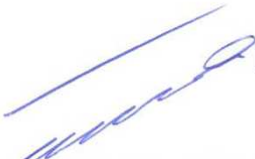
PARECER DO CONSELHO FISCAL

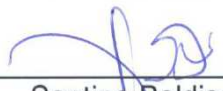
ATA DA 92ª REUNIÃO E 33ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA ALIANÇA EXERCÍCIO 2012, realizada aos 22 (vinte dois) dias do mês de março do ano de 2013 (dois mil e treze), nas dependências da Sede Administrativa da Cooperativa Aliança, sito a Rua Ipiranga, 333, Centro, Içara, Estado de Santa Catarina, às 16(dezesseis) horas, presentes os titulares, o coordenador: Tarcisio da Luz Alves, o secretário: Giovani Martins da Silva e Santina Baldissera e os suplentes, Elmes Dias, Marcio Toretti e Robson Guglielmi, para emissão do parecer das demonstrações contábeis e financeiras do ano de 2012 (dois mil e doze), após informações do Técnico Contábil, no primeiro ato do dia lembramos que durante o mandato de 2012/2013 este conselho se reuniu ordinariamente e extraordinariamente em 33 reuniões onde, juntamente com o técnico contábil da empresa DSCF apoio Administrativo LTDA na pessoa do Sr. Davi Sartor Bortoloto para nos auxiliar tecnicamente na verificação dos documentos, onde foram analisados, Balanço Patrimonial, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado, parecer dos auditores independentes, relatório do conselho de administração e outros relatórios referentes ao período entre 01/01/2012 e 31/12/2012. Em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi concedido, realizamos exames detalhados dos documentos da cooperativa nas reuniões semanais e trabalhos executados durante o ano de 2012 (dois mil e doze), onde tivemos conhecimento dos atos administrativos e gerenciais praticados pelo Conselho de Administração e seus gestores, analisamos mensalmente as notas fiscais de entrada, documentos de caixa, pagamentos, recebimentos, empréstimos bancários, fluxo de caixa mensal e balancetes. Foi convocado por este conselho uma assembleia geral extraordinária que aconteceu no dia 24/11/2012, onde os presentes aprovaram contratação de empresa de auditoria dos anos 2008, 2009, 2010 e 2011, bem como pelo afastamento dos ordenadores de despesa (presidente e secretário), e em virtude de atrasos na entrega de documentos para a empresa ERNST & YOUNG TERCO, esta não conseguiu entregar o relatório a tempo para este conselho apresentar aos associados nesta Assembleia Geral Ordinária marcada para o dia de hoje 22 (vinte e dois) do mês de março de 2013 (dois mil e treze), cujo edital de convocação esta sendo divulgado dentro do prazo previsto pelo estatuto social da cooperativa, portanto temos a certeza de que o próximo conselho irá cumprir com seu papel de fiscalizador responsável, ira dar continuidade ao trabalho iniciado por este conselho e levar ao associado todas as informações levantadas pela empresa de auditoria. Diante disso e baseado

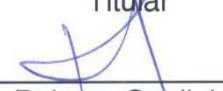
nos relatórios e documentos mensalmente analisados por este conselho fiscal, nos balancetes mensais apresentados pelo setor de contabilidade, sendo que a cooperativa recebeu no ano de 2012 o valor de R\$ 69.265.036,46 (sessenta e nove milhões duzentos e sessenta e cinco mil trinta e seis reais e quarenta e seis centavos) faremos algumas considerações: 1) Despesas financeiras (juros e multas), sendo que no ano de 2012 (dois mil e doze) o valor gasto com despesas financeiras foi de R\$ 2.817.659,59 (Dois milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e cinquenta e nove reais, cinquenta e nove centavos), representando uma média de R\$ 234.804,97 (Duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e quatro reais, noventa e sete centavos) mensais. Valores estes que representam um aumento de 40% (quarenta por cento) em relação ao montante pago no ano de 2011 (Dois mil e onze). Dentre estes valores, as despesas bancárias representaram o valor de : R\$ 173 mil reais, Juros pagos pelo parcelamento do ICMS: R\$ 197 mil reais, Juros pagos a fornecedores : R\$ 303 mil reais, Atualização monetária: R\$ 121 mil reais e Juros sobre financiamentos: R\$ 1.881 mil reais, sendo que estes estão contabilizados todos os empréstimos ativos de curto e longo prazo. 2) Empréstimos Bancários, sendo que somente no ano de 2012 (Dois mil e doze) a Cooperativa captou R\$ 8.292.002,03 (Oito milhões, duzentos e noventa e dois mil, dois reais e três centavos), tendo sido este valor utilizado integralmente como capital de giro. Valores estes captados junto a Bancos sem a devida autorização do associado, que ao nosso entender pelo montante captado deveria passar pela aprovação da assembleia, uma vez que existe um planejamento de projeção dos gastos e receitas para o exercício posterior 3) Parcelamento de ICMS junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, onde o dever da empresa é repassar ao Estado os valores cobrados dos associados, porem a empresa utilizou estes valores com outros pagamentos e parcelou o valor de superior a R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), onde irá pagar mais de R\$ 150.000,00(cento e cinquenta mil reais) de juros, 4) Adiantamento a fornecedores e prestadores de serviço, sendo que a Cooperativa adiantou valores a fornecedores sem necessidade pois não tinha este valor em caixa e teve que captar empréstimos para cobrir tais adiantamentos e conseqüentemente vem pagando juros. 5) Alienação de veículos junto a empréstimo bancário, onde a Cooperativa alienou todos os veículos da frota como garantia junto ao banco Itaú no mês de fevereiro de 2012 (Dois mil e doze), para captação do valor de R\$ 3.400.000,00 (Três milhões e quatrocentos mil reais) para capital de giro, 6) Atraso no pagamento da COSIP para Prefeitura Municipal de Içara, onde no ano de 2012 (Dois mil e doze) durante vários meses a Cooperativa não efetuou o repasse


mensalmente, conforme determina o contrato de arrecadação e repasse entre Cooperaliança e Prefeitura de Içara, lembrando que em 31/12/2012 o valor devido ao Município de Içara era de R\$ 598.669,09 (Quinhentos e noventa e oito mil, seiscentos e sessenta e nove reais, nove centavos). 7) Considerando que conforme balancete de 31/12/2012 a cooperativa teve um lucro líquido de R\$ 622.957,99 (seiscentos e vinte e dois mil novecentos e cinquenta e sete reais e noventa e nove centavos), se considerarmos que o montante pago de despesas financeiras foi de R\$ 2.817.659,59 (Dois milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e cinquenta e nove reais, cinquenta e nove centavos), a cooperativa poderia ter em caixa em 31/12/2012 mais de R\$ 3.000,000,00(três milhões de reais). 8) Garantia de estabilidade empregatícia para os funcionários da Cooperativa através de assinatura de termo aditivo do acordo coletivo do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina – SINTRESC, pelo período de 02 (dois) anos, sem a devida autorização da Assembléia, tendo sido assinado pelo então Presidente, Sr. Pedro Dionizio Gabriel em 12/11/2012. 9) No período de 23/11/2012 a 31/12/2012, a administração da Cooperaliança foi conduzida pelo Sr. Jorge Rodrigues, período em que buscou junto com o conselho de administração auxílio do conselho fiscal no sentido de amenizar a situação financeira da Cooperativa. pelo exposto, e por unanimidade o conselho fiscal emite Parecer Desfavorável, no sentido que as referidas demonstrações sejam reprovadas pelos associados na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 22 (vinte e dois) de março de 2013 (dois mil e treze). Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, e esta ata após lida e aprovada foi assinada, por mim secretário, pelo coordenador e pelos membros do conselho. Esta ata foi produzida por meio eletrônico conforme art. 38, §4º do Estatuto Social.

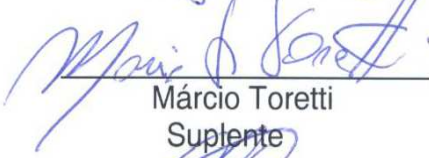
Içara (SC), 22 (vinte e dois) de março de 2013.




Tarcísio da Luz Alves
Coordenador

Santina Baldissera
Titular

Robson Guglielmi
Suplente

Giovani Martins da Silva
Secretário

Márcio Toretti
Suplente

Elmís Dias
Suplente

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA ALIANÇA
Içara - SC**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA ALIANÇA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações das sobras/ perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com suas notas explicativas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA ALIANÇA** em 31 de dezembro de 2012, as sobras/ perdas de suas operações, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Outros Assuntos
Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Empresa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Criciúma, 11 de março de 2013.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O



JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
 Em 31 de dezembro de 2012 e 2011
 (Valores expressos em milhares de reais)

R\$ Mil	Nota de Ajuste	2012			2011		
		Societário	Ajustes Regulatório		Societário	Ajustes Regulatório	
			CPCs			CPCs	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		67.882	(1.998)	65.884	64.829	(6.155)	58.674
Fornecimento de Energia Elétrica		38.932	122	39.054	34.621	0	34.621
Receita de Construção	[8]	2.117	(2.117)	0	6.155	(6.155)	0
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		25.954	0	25.954	23.097	0	23.097
Outras Receitas Vinculadas		879	(3)	876	956	0	956
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		(19.258)	2	(19.256)	(17.672)	(17)	(17.689)
Tributos e Encargos		(14.297)	0	(14.297)	(12.681)	0	(12.681)
Federais		(340)	0	(340)	(265)	0	(265)
Estaduais e Municipais		(13.957)	0	(13.957)	(12.416)	0	(12.416)
Encargos - Parcela "A"		(4.961)	2	(4.959)	(4.991)	(17)	(5.008)
Reserva Global de Reversão - RGR		(570)	0	(570)	(431)	0	(431)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(245)	0	(245)	(204)	0	(204)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(1.805)	0	(1.805)	(1.556)	0	(1.556)
Conta de Consumo de Combustíveis- CCC	[11]	(1.960)	5	(1.955)	(2.439)	(17)	(2.456)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(245)	0	(245)	(204)	0	(204)
Outros Encargos (Energia de Reserva e CCC Adicional)		(136)	(3)	(139)	(157)	0	(157)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA.		48.624	(1.996)	46.628	47.157	(6.172)	40.985
CUSTOS NAO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"		(32.750)	16	(32.734)	(29.846)	808	(29.038)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	[11]	(26.338)	(109)	(26.447)	(24.123)	808	(23.315)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa		(824)	0	(824)	(727)	0	(727)
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Distrib.		(5.382)	0	(5.382)	(4.922)	0	(4.922)
Taxa de Fiscalização		(206)	126	(80)	(74)	0	(74)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		15.874	(1.980)	13.894	17.311	(5.364)	11.947
CUSTOS GERENCIÁVEIS- Parcela "B"		(13.425)	2.378	(11.047)	(18.612)	6.365	(12.247)
Pessoal		(4.793)	0	(4.793)	(5.661)	0	(5.661)
Administradores		(305)	0	(305)	(324)	0	(324)
Serviço de Terceiros		(2.233)	0	(2.233)	(2.815)	0	(2.815)
Material		(596)	0	(596)	(770)	0	(770)
Arrendamentos e Aluguéis		(62)	0	(62)	(23)	0	(23)
Tributos		(30)	0	(30)	(30)	0	(30)
Seguros		(62)	0	(62)	(43)	0	(43)
Outros	[11]	(765)	261	(504)	(772)	210	(562)
(-) Recuperação de Despesas		27	0	27	27	0	27
Doações, contribuições e Subvenções		0	0	0	(22)	0	(22)
Provisão Devedores Duvidosos		(876)	0	(876)	(719)	0	(719)
Reversão Provisão Devedores Duvidosos		379	0	379	318	0	318
Provisão - Outras		(7)	0	(7)	0	0	0
Depreciação		0	(1.985)	(1.985)	(1.623)	0	(1.623)
Custo de Construções	[8]	(2.117)	2.117	0	(6.155)	6.155	0
Amortização		(1.985)	1.985	0	0	0	0
Despesa da Atividade Não Vinculada		0	0	0	0	0	0
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO		2.449	398	2.847	(1.301)	1.001	(300)

Continua

Conclusão

RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO		(1.826)	(258)	(2.084)	(647)	(68)	(715)
Receita Financeira		992	0	992	1.367	0	1.367
Despesa Financeira		(2.818)	0	(2.818)	(2.014)	0	(2.014)
Resultado de Equivalencia Patrimonial		0	0	0	0	0	0
Resultado Não Operacional	[11]	0	(258)	(258)	0	(68)	(68)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRRJ/CSLL		623	140	763	(1.948)	933	(1.015)
Imposto de Renda		0	0	0	0	0	0
Contribuição Social		0	0	0	0	0	0
Participações e Contribuições à Entidade de Prev. Privada		0	0	0	0	0	0
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio		0	0	0	0	0	0
LUCRO (PREJUÍZO)	[7]	623	140	763	(1.948)	933	(1.015)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações

Demonstração do Resultado do Exercício
Em 31 de dezembro de 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação regulatória					
	Em 31 de dezembro de 2012					
	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	-	-	26.489	39.395	-	65.884
Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	39.054	-	39.054
Receita de disponibilidade da rede elétrica	-	-	25.954	-	-	25.954
Receitas de atividade não vinculadas	-	-	-	-	-	-
Outras receitas vinculadas	-	-	535	341	-	876
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	-	-	(10.678)	(8.578)	-	(19.256)
Tributos e encargos	-	-	(5.719)	(8.578)	-	(14.297)
Federais	-	-	(136)	(204)	-	(340)
Estaduais	-	-	(5.583)	(8.374)	-	(13.957)
Encargos - Parcela "A"	-	-	(4.959)	-	-	(4.959)
Reserva legal de reversão - RGR	-	-	(570)	-	-	(570)
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	(245)	-	-	(245)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(1.805)	-	-	(1.805)
Conta de consumo de combustíveis - CCC	-	-	(1.955)	-	-	(1.955)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	(245)	-	-	(245)
Outros encargos (CCC adicional)	-	-	(139)	-	-	(139)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	15.811	30.817	-	46.628
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"	-	-	(5.462)	(27.272)	-	(32.734)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	(26.448)	-	(26.448)
Energia comprada para revenda - Proinfra	-	-	-	(824)	-	(824)
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	(5.382)	-	-	(5.382)
Taxa de fiscalização	-	-	(80)	-	-	(80)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS	-	-	10.349	3.545	-	13.894
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"	-	-	(8.634)	(2.413)	-	(11.047)
Pessoal	-	-	(4.415)	(378)	-	(4.793)
Administradores	-	-	(305)	-	-	(305)
Material	-	-	(554)	(42)	-	(596)
Serviços de terceiros	-	-	(944)	(1.289)	-	(2.233)
Arrendamento e aluguéis	-	-	(59)	(3)	-	(62)
Tributos	-	-	(30)	-	-	(30)
Seguros	-	-	(62)	-	-	(62)
Outros	-	-	(473)	(31)	-	(504)
Recuperação de despesas	-	-	27	-	-	27
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-
Provisão para devedores duvidosos	-	-	(7)	(876)	-	(883)
Reversão provisão devedores duvidosos	-	-	-	379	-	379
Provisão - Outras	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	(1.812)	(173)	-	(1.985)
Amortização	-	-	-	-	-	-
Despesas das atividades não vinculadas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO DA ATIVIDADE DE CONCESSÃO	-	-	1.715	1.132	-	(2.847)
RESULTADO EXTRA CONCESSÃO	-	-	(1.992)	(92)	-	(2.084)
(+) Receita financeira	-	-	134	858	-	992
(-) Despesa financeira	-	-	(1.875)	(943)	-	(2.818)
(+) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	(251)	(7)	-	(258)
(=) PERDA/SOBRA ANTES DA IRPJ/CSLL	-	-	(277)	1.040	-	763
(-) Imposto de renda	-	-	-	-	-	-
(-) Contribuição social	-	-	-	-	-	-
(=) PERDAS/SOBRA DO EXERCÍCIO	-	-	(277)	1.040	-	763

NOTAS EXPLICATIVAS AOS AJUSTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

[1] CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Consumidor	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
					2012	2011	2012	2011
Residencial	1.731	663	306	2.700	470	431	2.230	2.150
Industrial	2.399	1.189	308	3.896	1.300	1.074	2.596	3.489
Comercial	848	204	144	1.196	200	183	996	930
Rural	470	182	95	747	122	106	625	690
Poder público	47	3	6	56	6	4	50	52
Iluminação pública	202	190	132	524	112	75	412	251
Serviço público	63	-	-	63	-	-	63	63
Renda não faturada	1.097	-	-	1.097	-	-	1.097	835
Provisão tarifa TUSD	122	-	-	122	-	-	122	-
Subtotal - consumidores	6.979	2.431	991	10.401	2.210	1.873	8.191	8.460
Serviço taxado	17	19	16	52	-	-	52	49
Participação financeira	-	-	4	4	-	-	4	4
Parcelamentos	551	122	427	1.100	-	-	1.090	623
Encargo de capacidade	-	-	8	8	-	-	8	8
TOTAL - CIRCULANTE	7.547	2.572	1.446	11.565	2.210	1.873	9.345	9.144
Parcelamentos	169	-	-	169	-	-	169	817
Industrial	1.406	-	-	1.406	-	-	1.406	-
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	1.575	-	-	1.575	-	-	1.575	817

[2] DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	2012			2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A" CVA	966	-	966	950	-	950
Revisão tarifária	2.015	2.886	4.901	2.015	2.886	4.901
Pagamento antecipado- Proinfa	75	-	75	-	-	-
Subs. Baixa renda - perdas	-	-	-	-	-	-
Neutralidade dos enc. setoriais	-	-	-	-	-	-
Diferenças PLPT	-	-	-	-	-	-
Outros Comp. Financeiros	36	-	36	41	-	41
TOTAL	3.092	2.886	5.978	3.006	2.886	5.892

[3] ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO (SOCIETÁRIO)

	Custo Histórico	
	2012	2011
	Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	19.601	16.888
Intangível	300	-
Máquinas e equipamentos	19.178	16.843
Veículos	107	37
Móveis e utensílios	16	8
Comercialização	1.174	1.201
Intangível	3	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	324	318
Máquinas e equipamentos	793	840
Móveis e utensílios	54	43
Administração	2.816	2.776
Intangível	5	4
Terrenos	2.132	2.132
Edificações, obras civis e benfeitorias	441	427
Máquinas e equipamentos	68	63
Veículos	1	-
Móveis e utensílios	169	150
SUBTOTAL	23.591	20.865

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Concessionária, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para agosto de 2013), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

[4] IMOBILIZADO

	Saldo 2011	Adições	Desativações	Ajustes 367	Saldo 2012
Bens	32.358	17.539	(2.267)	1.333	48.963
Depreciação	(12.010)	(1.846)	1.243	(644)	(13.257)
Em Curso	16.657	4.864	(20.475)	-	1.047
Ajuste Avaliação Patrimonial	7.564	4.474	(2.988)	-	9.050
Total Imobilizado	44.569	25.031	24.487	689	45.803
(-) Particip. Financeira Consumidor	(65)	-	-	-	(330)
Total Líquido + Intangível	44.504	25.031	24.487	689	45.473

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado no balanço patrimonial societário pelos seguintes itens:

Classificação conforme permissão

Ativo financeiro indenizável (Nota 3)	23.591
Imobilizado	0,00
Intangível (Nota 5)	21.882
Total	45.473

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

[5] INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

REGULATÓRIO

Descrição	Valor Líquido	
	2012	2011
Licenças de softwares	311	161
	311	161

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao novo valor de reposição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

[6] PASSIVOS REGULATÓRIOS

	2012			2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A" CVA	-	-	-	-	-	-
Revisão tarifária	-	-	-	-	-	-
Desc. TUSD e irrigação	-	-	-	-	-	-
Reajuste Tarifário	2.029	2.886	4.915	2.031	2.886	4.917
Sobre contratação						
Sub. baixa renda – ganhos						
Neut. dos enc. Setoriais						
Outros Comp. Financeiros						
TOTAL	2.029	2.886	4.915	2.031	2.886	4.917

[7] RESERVAS DE SOBRAS

Os ajustes/estornos dos saldos de ativos e passivos regulatórios foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do período corrente, de acordo com o período de competência.

Desta forma, as sobras societária e regulatória obtiveram resultados diferentes ao final do período de 2012 e 2011. Conforme segue:

	31/12/2012	
	Balanco Patrimonial	
	Societário	Regulatório
Sobras do exercício	623	763
Realização avaliação patrimonial	152	152
Conciliação (estorno saldos Ativos e Passivos regulatórios)	140	
TOTAL	915	915

	31/12/2011	
	Balanco Patrimonial	
	Societário	Regulatório
Sobras do exercício	(1.948)	(1.015)
Conciliação (estorno saldos Ativos e Passivos regulatórios)	-	(933)
TOTAL	(1.948)	(1.948)

[8] RECEITA DE CONSTRUÇÃO

A ICPC 01(R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

[9] AJUSTES DOS ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

A conciliação no valor líquido de R\$ 140 mil reais refere-se aos ajustes dos ativos e passivos regulatórios nos registros contábeis societários, conforme descrito:

	2012	2011
Descrição	R\$ mil	R\$ mil
Conta de consumo de combustível - CCC	5	17
Compra de energia elétrica para revenda	(109)	(808)
Outras despesas	122	(142)
Provisão Redução da tarifa TUSD – Cons. Livre	122	
TOTAL	140	(933)

[11] RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Foram reclassificados para outras despesas (615.xx.x.x.99 – R\$ 261 mil reais) e outros encargos (611.xx.x.x.39 – R\$ (3) mil reais) os valores registrados (R\$ 258 mil reais) como despesas e receitas não operacionais, em decorrência das novas normas contábeis (Lei 11.638/07 e MP 449/08).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

BALANÇO SOCIAL – 2012

Sabe-se que atualmente as empresas devem conduzir seus negócios de forma que os interesses sociais e ambientais estejam incorporados em seus negócios. Assim, a responsabilidade social vem tornando-se cada vez mais presente nas organizações, norteando as atitudes empresariais no sentido de integrar os interesses das diferentes partes envolvidas (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente).

Neste sentido, a Cooperaliança não se resume apenas a distribuição de energia elétrica de qualidade. Muito mais que gerar riquezas e empregos e recolher impostos, a Cooperaliança entende a importância da responsabilidade social para uma administração moderna e transparente, que prima pela satisfação humana e proporciona um progresso responsável para todos.

Para a Cooperaliança responsabilidade Social, é mais que gestos de filantropia motivados por considerações de marketing ou relações públicas. É ter compromisso com um conjunto de políticas, programas e ações que não apenas atendam, mas, ultrapassem as exigências legais e éticas no que diz respeito a proteção ambiental e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo.

Dessa forma apresentamos, em resumo, um retrato das atividades sociais da empresa em 2012, que foram realizadas com ética, transparência, e acima de tudo, com o crescimento baseado na boa prática empresarial.

ESTENDENDO PARA TODOS OS BENEFÍCIOS DA ELETRICIDADE

A marca registrada da atuação social da concessionária são os programas de eletrificação rural e urbana, levado nos últimos anos à universalização dos benefícios da energia elétrica em sua área de concessão, atingindo 100% da sua área.

PRESERVANDO E RESTAURANDO O MEIO AMBIENTE

Construindo redes de distribuição com responsabilidade ambiental - A concessionária tem atuado de forma exemplar em benefício do meio ambiente, das populações situadas nas áreas de influência de suas obras de engenharia, e das comunidades onde opera.

Em 2012, a concessionária deu continuidade ao programa de deslocamento de redes rurais para orlas de vias de acesso, evitando desta forma o impacto ambiental de supressão da floresta.

Redes Protegidas ou Linha Verde - Redes Protegidas, ou Linha Verde, é o sistema de rede de distribuição protegida desenvolvido para substituir a rede convencional onde a arborização é muito rica. O sistema é composto por cabos de alumínio recobertos por uma camada plástica. Com a compactação da rede, a necessidade e a frequência de poda de árvores em torno dos condutores são substancialmente reduzidas. A concessionária já conta com 15 Km de rede protegidas.

FILANTROPIA E TRABALHO VOLUNTÁRIO

Doações – O Estatuto Social da concessionária, em seu art. 46º, obriga a cooperativa constituir o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares, e seus empregados, constituído de 5% das sobras líquidas no exercício com associados e o resultado das operações com não associados em sua totalidade. No exercício de 2012, foi distribuído o valor de R\$ 3.355,67 (três mil reais e trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), pelo Conselho de Administração para cumprir programas sociais. E também através do programa fundo social distribuído o valor de R\$ 19.982,24 (dezenove mil reais e novecentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos), a pessoas carentes situadas na área de concessão da concessionária.

PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

A Cooperativa Aliança – COOPERALIANÇA executa anualmente seu Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica – P&D, em conformidade com o Contrato de Concessão e com a Lei nº 9.991/2000, Lei nº 10.438/2002, Lei nº 10.848/2004, Lei nº 11.465/2007 e Lei nº 12.212/2010.

A legislação pertinente ao assunto determina que as concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica devem aplicar um percentual mínimo de sua Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Resolução Normativa nº 504/2012 da ANEEL aprovou o novo Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e alterou a Resolução Normativa nº 316/2008 da ANEEL que estabelece as demais providências relativas ao Programa de P&D.

Um dos objetivos do Programa de P&D é a elaboração de projetos pautados pela busca de inovações, para fazer frente aos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica.

Desde o ano de 2010, a Cooperaliança, em parcerias com Cooperativas e Instituições Tecnológicas, está realizando o projeto do Sistema Integrado para Diagnóstico de Falhas Permanentes em Sistemas de Distribuição Urbanos e Rurais, baseado em cálculos elétricos.

A motivação deste projeto de pesquisa e desenvolvimento - P&D é prover uma nova formulação analítica em conjunto com um sistema integrado (hardware+software) para a localização de faltas em sistemas de distribuição urbanos e sistemas de distribuição rurais a partir de medições na subestação de suprimento (ou seja, em somente uma extremidade), considerando as características específicas do sistema de distribuição.

O valor total da participação da Cooperaliança no projeto será de R\$ 340.440,00 (trezentos e quarenta mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais).

A Cooperaliança investiu neste projeto, até 31/12/2012, o valor de R\$ 283.029,44 (Duzentos e oitenta e três mil e vinte e nove reais e quarenta e quatro centavos).

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE

A Cooperativa Aliança – COOPERALIANÇA executa anualmente seu Programa de Eficiência Energética – PEE, em atendimento à cláusula do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica e as Leis nº 9.991/2000 e nº 12.212/2010.

A legislação pertinente ao assunto determina que as concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica devem aplicar 0,5% de sua Receita Operacional Líquida – ROL em Programas de Eficiência Energética no uso final, ou seja, em projetos executados nas instalações dos consumidores ou que a eles proporcionem benefícios.

A Resolução Normativa nº 300/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, estabelece critérios para aplicação de recursos e demais providências relativas ao Programa de Eficiência Energética.

O Manual para Elaboração do Programa de Eficiência Energética é o guia determinativo de procedimentos dirigidos às concessionárias, para elaboração e execução de projetos de eficiência energética regulados pela ANEEL.

Um dos objetivos do PEE é a promoção da utilização racional e consciente da energia elétrica, combatendo o desperdício.

Em 2012, a COOPERALIANÇA deu início a dois projetos de eficiência energética.

O primeiro, denominado "Eficiência Energética em Consumidores com TSEE e Consumidores com Baixo Poder Aquisitivo - 2012", foi elaborado para atendimento de consumidores com Tarifa Social de Energia Elétrica, conforme a Lei nº 12.212/2010 e atendimento a comunidades de baixa renda.

O projeto baseia-se na doação de lâmpadas fluorescentes compactas para substituição de lâmpadas incandescentes de 60W e 100W, sendo que serão distribuídas e instaladas 2.500 unidades de lâmpadas

fluorescentes compactas de 20W/220V, com Selo PROCEL/INMETRO; na doação de refrigeradores (de uma porta) novos e eficientes, em substituição de refrigeradores velhos ou em péssimo estado de conservação, sendo que serão distribuídos 200 refrigeradores possuidores do Selo PROCEL/INMETRO, categoria "A"; e na conscientização dos consumidores quanto ao uso seguro e racional da energia elétrica, através do repasse de orientações e entrega de folders e cartilhas. Também serão realizadas reformas em 50 padrões de entrada de energia elétrica.

O valor previsto para esse projeto é de R\$ 362.455,60 (trezentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos), sendo que até 31/12/2012, já foram investidos R\$ 181.602,90 (cento e oitenta e um reais e seiscentos e dois reais e noventa centavos).

O segundo, denominado "Eficiência Energética no Hospital São Donato", foi elaborado para implementação de ações de otimização do consumo de energia elétrica nas instalações do Hospital São Donato de Içara - SC, através de aporte de tecnologia nos sistemas de iluminação e ar condicionado.

Serão substituídos 26 aparelhos de ar condicionado tipo "janela", por 19 aparelhos tipo "split" com selo PROCEL, categoria "A". Também serão substituídas 826 lâmpadas ineficientes, por 645 lâmpadas fluorescentes eficientes, com selo PROCEL; trocadas 515 luminárias ineficientes por 448 luminárias eficientes e instalados 317 reatores eletrônicos com selo PROCEL.

O valor previsto para esse projeto é de R\$ 137.680,71 (cento e trinta e sete mil, seiscentos e oitenta reais e setenta e um centavos), sendo que até 31/12/2012, já foram investidos R\$ 82.408,71 (oitenta e dois mil quatrocentos e dois reais e setenta e um centavos).

Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou, em 27 de julho de 2010, a Resolução Normativa nº 407, que foi revogado pela resolução normativa ANEEL nº 431 de 29 de março de 2011, que regulamenta a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) para as unidades consumidoras classificadas nas Subclasses Residencial Baixa Renda, conforme determina a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010.

Atualmente para ter acesso ao desconto na conta de luz, é necessário que a família atenda a um dos seguintes critérios:

- Família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), e com renda mensal de até $\frac{1}{2}$ Salário mínimo por pessoa e que possua NIS; ou
- Usuários do Benefício de Prestação Continuada (BPC): Idoso a partir de 65 anos ou portadores de necessidades especiais amparados por Lei e com renda familiar de até $\frac{1}{4}$ do Salário mínimo por pessoa com Número de Identificação do Trabalhador (NIT) / Número do Benefício (NB); ou
- Família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com portadores de doenças que fazem uso continuado de aparelhos elétricos para preservação da vida com renda familiar de até 3(três) Salários Mínimos, que tenham NIS e obrigatoriamente comprovar o uso continuado de equipamentos; ou
- Índios com Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) e NIS, e Quilombolas com NIS.

O desconto é progressivo, diferenciado conforme a faixa de consumo, variando de 10% à 65% até o limite de 220kw/h.

Programa de estagiários - Mediante convênio com diversas instituições de ensino, a concessionária oferece oportunidade de estágio que realizam a complementação de ensino. No ano de 2012 foi contemplado 01 estagiário.

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2012

COOPERATIVA ALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

(Valores expressos em milhares de reais)

			2012			2011
			R\$ mil			R\$ mil
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			48.624			47.157
Sobra Operacional (SO)			2.449			(1.301)
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			5.098			5.985
			2012			2011
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	248	4,86	0,51	290	4,85	0,61
Encargos sociais compulsórios INSS/FGTS	1.954	38,33	4,02	2.160	36,09	4,58
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	192	3,77	0,39	234	3,91	0,50
Seguro de vida	18	0,35	0,04	18	0,30	0,04
Roupas Profissionais e transporte	2	0,04	0,00	117	1,95	0,25
TOTAL	2.414	47,35	4,96	2.819	47,10	5,98
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	SO	RL	R\$ mil	SO	RL
Doações e contribuições	20	0,82	0,04	66	(5,07)	0,14
Total de contribuições para a sociedade – ICMS	13.957	570	28,70	12.416	(954,34)	26,33
Tributos - excluídos encargos sociais	340	13,88	0,70	265	20,37	0,56
Tributos – PIS	60	2,45	0,12	47	(3,61)	0,10
Tributos – COFINS	280	11,43	0,58	218	(16,76)	0,46
TOTAL	14.317	585	29,44	12.747	(979,78)	27,03
			% sobre			% sobre
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	SO	RL	R\$ mil	SO	RL
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	245	10,00	0,50	204	(15,68)	0,43
Programa de Combate ao desperdício de Energia Elétrica	245	10,00	0,50	204	(15,68)	0,43
TOTAL	490	20,00	1,00	408	(31,36)	0,86

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2012
COOPERATIVA ALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

	2012	2011
	Em unidades	Em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	81	86
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	29	29
2º grau	34	35
1º grau	18	22
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	14	20
De 30 até 45 anos (exclusive)	37	34
Acima de 45 anos	30	32
Admissões durante o período	4	02
Mulheres que trabalham na empresa	18	16
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	-	6
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	-	17
Negros que trabalham na empresa	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	-	-
Portadores de deficiência física	1	2
Dependentes	116	111
Estagiários	1	3
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7.150,00	7.351,71
Acidentes de trabalho	2	2
Nos processos de gestão da empresa os órgãos de decisão em 2011 e 2010 foram:	Conselho de Administração	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	Assembléia Geral	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	Cipa	

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente em exercício da COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os Senhores associados para comparecerem à **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se no dia **22 de março de 2013**, nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sito na Rua Duque de Caxias, 147, centro, nesta cidade de Içara, SC – por não haver acomodações na sede social às **17:00** horas em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às **18:00** horas em segunda convocação com a presença de metade mais hum de seus associados ou às **19:00** horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (DEZ) associados para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

1) Prestação de contas do Conselho de Administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de **2012**, compreendendo:

- a)- Relatório da Gestão;
- b)- Balanço Patrimonial;
- c)- Demonstrativo das sobras apuradas no exercício de **2012**;
- d)- Leitura do Parecer do Conselho Fiscal com a devida discussão e deliberação pela Assembleia.

2) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2012.

3) Eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal **período 2013**.

4) Fixação de Pró-Labore ao Presidente e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados.

5) Plano de Investimentos para o exercício de **2013**.

6) Plano de Aplicação dos Recursos do **FATES**.

7) Autorização para alienação de bens do Ativo Imobilizado: **a)**01 (Hum) terreno urbano situado no Município do Balneário Rincão, com a área de 360,40 m² (trezentos e sessenta metros, quarenta centímetros quadrado), correspondente ao lote nº 03, da quadra 97, do loteamento Parque Natureza I, matrícula 21.050; **b)**01 (Hum) terreno urbano situado no Município do Balneário Rincão, com a área de 360,40 m² (trezentos e sessenta metros, quarenta centímetros quadrado), correspondente ao lote nº 05, da quadra 97, do loteamento Parque Natureza I, matrícula 21.052; **c)**01 (Hum) terreno urbano situado no Município do Balneário Rincão, com a área de 360,40 m² (trezentos e sessenta metros, quarenta centímetros quadrado), correspondente ao lote nº 07, da quadra 97, do loteamento Parque Natureza I, matrícula 21.054; **d)**01 (Hum) Caminhão Volkswagen 15.180, cor branca, ano fab.2004, mod.2005, placa MI0 4950, Chassis 9BWN72S05R506189, COD. RENAVAL 843599146; **e)** 01 (Hum) Caminhonete Fiat Strada Fire Flex, cor branca, ano fab.2006, mod.2007, placa MEP8979, Chassis 9BD27803A72541245, COD. RENAVAL 901406430; **f)**01 (Hum) Caminhonete Fiat Strada Fire CE Flex, cor branca, ano fab.2006, mod.2007, placa MEP 8929, Chassis 9BD27833A72531097, COD. (RENAVAL 901404292; **g)**01 (Hum) Caminhonete Fiat Strada Fire Flex, cor branca, ano fab.2008, mod.2008, placa MFP 7654, Chassis 9BD27803A87083465, COD. (RENAVAL 971272840; **h)**01 (Hum) Caminhonete Fiat Strada Fire Flex, cor branca, ano fab.2008, mod.2008, placa MFR 7284, Chassis 9BD27803A87083061, COD. RENAVAL 971709726; **i)**01 (Hum) Caminhonete Strada Fire Flex, cor branca, ano fab. 2008 mod.2008, placa MFR 7194, Chassis 9BD27803A87083053, COD. (RENAVAL 971707758; **j)**01 (Hum) Caminhão Volkswagen 9.150E CUMMINS, cor branca, ano fab. 2008 mod.2009, placa MFG 3557; Chassis 9BWGA62R69R910583, COD. (RENAVAL 116742143; **l)**01 (Hum) Caminhão Volkswagen 5.140E Delivery, cor branca, ano fab.2009, mod.2010, placa MHR 0115, Chassis 9531932P7AR002245, COD. RENAVAL166131458.

8) Assuntos Gerais.

Observações:

A) Para efeito de Verificação de "quorum" a Cooperativa possui **33.969** associados.

- B) A Assembleia Geral permanecerá em aberto e se Prolongará até o dia **23/03/2013 (sábado)**, quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos.
- C) As eleições constantes do **item 3**, deste edital, terão início às 08:00 horas e se encerrarão às 17:00 horas do dia **23/03/2013**.
- D) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scott dos Santos e do Ginásio de Esportes da referida escola, sita na Rua Duque de Caxias, 147, Içara – Centro, onde votarão todos os Associados aptos a votar.
- E) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos Para o Conselho Fiscal deverão compor chapas e inscrevê-las junto à **Secretaria Geral da COOPERALIANÇA** até às **18:00** horas do dia **12/03/2013**.
- F) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes.
- G) Os documentos a serem apreciados no item 01 da Ordem do Dia estarão disponíveis para Consulta aos associados, a partir do dia **11/03/2013**, na **sede social da Cooperaliança** e através da internet no site www.cooperalianca.com.br.
- H) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa.
- I) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal.
- J) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto. Social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal.
- K) Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores no dia **23/03/2013** não habilitam os associados a exercer direito de voto.
- L) Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores do dia **22/03/2013** deverão ser comprovados com apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria.

Içara SC, 26 de FEVEREIRO de 2013.

JORGE RODRIGUES
Presidente em Exercício.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL

CNPJ: 83.647.990/0001-81

NIRE: 42.4.0000375-3

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, realizada aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março do ano de 2.013 (dois mil e treze), nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sita na Rua Duque de Caxias, 147 (cento e quarenta e sete), nesta cidade de Içara, SC, em terceira e última convocação, às 19:00 (dezenove) horas, com a presença, na abertura da assembleia, de 414 (quatrocentos e quatorze) associados em condições de votar, conforme assinaturas apostas nos livros de presença, cumprindo-se, portanto, o número mínimo de dez associados exigido pelo art. 21, alínea “c”, do Estatuto Social. A assembleia geral ordinária teve sua convocação determinada pelo Conselho de Administração conforme edital abaixo transcrito: O Presidente em exercício da COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os Senhores associados para comparecerem à **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se no dia **22 de março de 2013**, nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sito na Rua Duque de Caxias, 147, centro, nesta cidade de Içara, SC – por não haver acomodações na sede social - às **17:00** horas em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às **18:00** horas em segunda convocação com a presença de metade mais hum de seus associados ou às **19:00** horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (DEZ) associados para deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA:** 1) Prestação de contas do Conselho de Administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de **2012**, compreendendo: a) - Relatório da Gestão; b) - Balanço Patrimonial; c) - Demonstrativo das sobras apuradas no exercício de **2012**; d) - Leitura do Parecer do Conselho Fiscal com a devida discussão e deliberação pela Assembleia. 2) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2012. 3) Eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal **período 2013**. 4) Fixação de Pró-Labore ao Presidente e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados. 5) Plano de Investimentos para o exercício de **2013**. 6) Plano de Aplicação dos Recursos do **FATES**. 7) Autorização para alienação de bens do Ativo Imobilizado: **a)** 01 (Hum) terreno urbano situado no Município do Balneário Rincão, com a área de 360,40 m2 (trezentos e sessenta metros, quarenta centímetros quadrado), correspondente ao lote nº. 03, da quadra 97, do loteamento Parque Natureza I, matrícula 21.050; **b)** 01 (Hum) terreno urbano situado no Município do Balneário Rincão, com a área de 360,40 m2 (trezentos e sessenta metros, quarenta centímetros quadrado), correspondente ao lote nº. 05, da quadra 97, do loteamento Parque Natureza I, matrícula 21.052; **c)** 01 (Hum) terreno urbano situado no Município do Balneário Rincão, com a área de 360,40 m2 (trezentos e sessenta metros, quarenta centímetros quadrado), correspondente ao lote nº. 07, da quadra 97, do loteamento Parque Natureza I, matrícula 21.054; **d)** 01 (Hum) Caminhão Volkswagen 15.180, cor branca, ano fab. 2004, mod. 2005, placa MI0 4950, Chassis 9BWNE72S05R506189, COD. RENAVAL 843599146; **e)** 01 (Hum) Caminhonete Fiat Strada Fire Flex, cor branca, ano fab. 2006, mod. 2007, placa MEP8979, Chassis 9BD27803A72541245, COD. RENAVAL 901406430; **f)** 01 (Hum) Caminhonete Fiat Strada Fire Flex, cor branca, ano fab. 2006, mod. 2007, placa MEP 8929, Chassis 9BD27833A72531097, COD. RENAVAL 901404292; **g)** 01 (Hum) Caminhonete Fiat Strada Fire Flex, cor branca, ano fab. 2008, mod. 2008, placa MFP 7654, Chassis 9BD27803A87083465, COD. RENAVAL 971272840; **h)** 01 (Hum) Caminhonete Fiat Strada Fire Flex, cor branca, ano fab. 2008, mod. 2008, placa MFR 7284, Chassis 9BD27803A87083061, COD. RENAVAL 971709726; **i)** 01 (Hum) Caminhonete Strada Fire Flex; cor branca, ano fab. 2008, mod. 2008, placa MFR 7194, Chassis 9BD27803A87083053, COD. RENAVAL 971707758; **j)** 01 (Hum) Caminhão Volkswagen 9.150E CUMMINS, cor branca, ano fab. 2008, mod. 2009, placa MFG 3557; Chassis 9BWGA62R69R910583, COD. RENAVAL 116742143; **l)** 01 (Hum) Caminhão Volkswagen 5.140E Delivery, cor branca, ano fab. 2009, mod. 2010, placa MHR 0115, Chassis 9531932P7AR002245, COD. RENAVAL166131458. 8) Assuntos Gerais. **Observações:** A) Para efeito de Verificação de "quorum" a Cooperativa possui **33.969** associados. B) A Assembleia Geral permanecerá em aberto e se prolongará até o dia **23/03/2013 (sábado)**, quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos. C) As eleições constantes do **item 3**, deste edital, Terão início às 08:00 horas e se encerrarão às 17:00 horas do dia **23/03/2013**. D) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scott dos Santos e do Ginásio de Esportes da referida escola, sita na Rua Duque de Caxias, 147, Içara – Centro, onde votarão todos os Associados aptos a votar. E) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho Fiscal deverão compor chapas e inscrevê-las junto à **Secretaria Geral da**

COOPERALIANÇA até às **18:00** horas do dia **12/03/2013**. F) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº 31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes. G) Os documentos a serem apreciados no item 01 da Ordem do Dia estarão disponíveis para consulta aos associados, a partir do dia **11/03/2013**, na **sede social da Cooperaliança** e através da internet no site www.cooperalianca.com.br. H) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa. I) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal. J) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal. K) Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores no dia **23/03/2013** não habilitam os associados a exercer direito de voto. L) Débito **sem atraso** quitados em agentes arrecadadores do dia **22/03/2013** deverão ser comprovados com apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria. **Içara SC, 26 de FEVEREIRO de 2013. JORGE RODRIGUES Presidente em Exercício.** Iniciando o trabalho de instalação da assembleia, o Presidente em exercício Jorge Rodrigues cumprimentou os presentes e passou a compor a mesa convidando os membros do conselho de administração os Srs. Juscelino Dagostim, Silvio João Viana, Hilário Dalmolim, Cláudio Blissari e secretário do Conselho de Administração Severiano Antonio Valentim, Tarcísio da Luz, Coordenador do Conselho Fiscal, Giovani Martins da Silva secretário do Conselho Fiscal, Reginaldo de Jesus Gerente Administrativo e Financeiro - Prefeito Municipal de Içara, Sr. Murialdo Canto Gastaldon, O Sr. Sandro Giassi Serafim, Vice-Prefeito, o Sr. Adilor Guglielmi – Deputado Estadual, o Dr. Chalton Richard Rodrigues Schneider, o Sr. Laudo Calegari, – Presidente da Câmara Municipal e Valdemar Venturi - Coordenador Geral da FECOERUSC, Dr. Gilson Flores, representante da OCESC, Sr. Quintino Pavei, representando os Delegados junto a FECOERUSC, O Dr. Giovane Martins. Logo após o presidente solicitou a assembleia a aprovação do nome do Sr. Reginaldo de Jesus para orientar e assessorar os trabalhos, o que foi aprovado por unanimidade dos presentes. Em seguida, foi feita a leitura do edital de convocação, já transcrito nesta ata. Também foram apresentados, exemplar da carta circular expedida aos associados e exemplares dos seguintes jornais, comprovando a divulgação prevista no estatuto social: Diário de Notícias, edição nº 472, de 26/02/2013, pg. 06; Jornal da Manhã, edição nº 8.720, de 26/02/2013, pg. 12; Jornal do Rincão, edição nº 226, de 27/02/2013, pg. 11; A Tribuna, edição nº 2.326 de 26/02/2013, pg. 04; Jornal Agora, edição nº 315, de 01/03/2013, pg. 05; Jornal Içarense, edição nº 2.526, de 26/02/2013 pg. 10; Jornal Gazeta, edição nº 491, de 01-04/03/2013, pg. 06. Em seguida, foi feita a leitura do **item primeiro** da ordem do dia, que se refere à prestação de contas do Conselho de Administração compreendendo: Relatório da Gestão; Balanço Patrimonial e demonstrativo das sobras apuradas no exercício. Para apresentar o relatório, o Presidente convidou o Sr. Edmilson Maragno, responsável técnico do setor de distribuição de energia elétrica e o Sr. Daniel Vieira, Contador. Realizada a apresentação pelos referidos profissionais, o Sr. Giovani Martins da Silva, secretário do Conselho Fiscal, fez a leitura do parecer do conselho fiscal referente às contas apresentadas, após a leitura do mesmo opinou pela desaprovação das contas, Logo após o presidente solicitou ao Auditor o Sr. Ivan Rzatki a leitura do parecer da auditoria opinando que as demonstrações contábeis referidas, lidas em conjunto com suas notas explicativas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA-ALIANÇA, em 31 de dezembro de 2012, as sobras /perdas de suas operações, das mutações do patrimonial líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data de acordo com as praticas adotadas no Brasil. Para presidir a votação deste item, a assembléia aprovou o nome do associado Adilor Guglielmi, que, assumindo a presidência da assembléia, colocou em discussão a matéria, não tendo havendo manifestações de associados, o Presidente em exercício da Assembléia Adilor Guglielmi, solicitou o representante da FECOERUSC que efetuasse a contagem dos votos, declarando que as contas do exercício de 2.012 (dois mil e doze), *foram aprovadas pela maioria absoluta dos votantes*. Após, no **item segundo** da ordem do dia, que se refere à destinação das sobras do exercício de 2.012 (dois mil e doze) assim compostas bases para destinações legais e estatutárias R\$ 957.222,53 (novecentos e cinquenta e sete mil duzentos e vinte e dois reais e cinquenta e três centavos), Reserva Legal R\$ 95.722,25 (noventa e cinco mil setecentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos), FATES R\$ 47.861,13 (quarenta e sete mil oitocentos e sessenta e um reais e treze centavos) e o fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição R\$ 478.611,27 (quatrocentos e setenta e oito mil seiscentos e onze reais e vinte e sete centavos) e as sobras líquidas de R\$ 335.027,89 (trezentos e trinta e cinco mil e vinte e sete reais e oitenta e nove centavos), a disposição da assembleia foram destinadas, por unanimidade ao fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição. Dando-se continuidade à assembléia, foi feita a leitura do **terceiro item** da ordem do dia que se refere à eleição e posse dos componentes do conselho fiscal para o exercício de 2013 (dois mil e treze). Informou-se à Assembléia que houve a apresentação de uma chapa com os seguintes membros: **CONSELHO FISCAL EFETIVOS**

CHAPA ÚNICA: Daniel Loch Gomes, matrícula 37.860; **Tiago Fogaça da Silva**, matrícula 36.003; **Paulo Roberto Brigido**, matrícula 6.667; **CONSELHO FISCAL SUPLENTES CHAPA ÚNICA:** Cleber Luiz Oliveira da Silva, matrícula 20.699; **Jucemar Vargas**, matrícula 23.071; **Tiago Aguiar Marcolino**, matrícula 37.754; Feita a leitura da chapa, foi lembrado aos associados que a votação ocorrerá no dia 23 de março de 2.013, das 08:00 às 17:00 horas, neste mesmo local, sendo os eleitos empossados após o término da apuração, de forma a cumprir as disposições contidas no edital de convocação. Em seguida, foi feita a leitura do **Quarto item** da ordem do dia que se refere à fixação de pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração e Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto à FECOERUSC. Para presidir a votação desta matéria, mais uma vez foi levado à votação da assembleia o nome do associado Adilor Guglielmi, que aprovado conduziu a mesma, levando a matéria em discussão e não havendo manifestações dos presentes, sugerido pela administração que os valores se mantivessem os mesmos sendo eles: **a)** R\$ 8.250,00 (oito mil, duzentos e cinquenta reais) de pró-labore ao exercício da Presidência; **b)** R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais) para a cédula de presença por comparecimento às reuniões ordinárias dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados junto à FECOERUSC. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Logo após, foi feita a leitura do **quinto item** da ordem do dia que trata do plano de investimentos para o exercício de 2.013 (dois mil e treze). O engenheiro Edmilson Maragno apresentou o plano de investimento que é peça integrante do relatório do Balanço Geral de 2.012 (dois mil e doze) e que prevê a aplicação de R\$ 964.000,00 (novecentos e sessenta e quatro mil reais). Esclarecidas as dúvidas e posto em votação, o plano foi aprovado por unanimidade dos presentes. Logo após foi lido o **sexto item** da ordem do dia que trata do plano de aplicação dos recursos do FATES. Como proposta de numero 01 (hum) sugerido pela administração que os valores ficassem a disposição do Conselho de Administração para atendimento social, proposta numero 02 (dois) sugerido pelo associado Adilor Gugliem que ficasse 50% dos recursos do FATES para a Fundação Social Hospitalar de Içara - Hospital São Donato, e 50% dos mesmos para o Conselho de Administração, proposta numero 03 (três), sugerida pelo associado Valmor Rosso que ficasse em 100% dos recursos do FATES para a Fundação Social Hospitalar de Içara - Hospital São Donato, posto em discussão para aprovação, foi aprovada por maioria a proposta numero 03 para que os recursos do FATES fossem destinados a Fundação Social Hospitalar de Içara - Hospital São Donato no valor de R\$ 47.861,13 (quarenta e sete mil oitocentos e sessenta e um reais e treze centavos). Em seguida, foi lido o **sétimo item** da ordem do dia que trata da autorização para alienação de bens do ativo imobilizado. Colocada em discussão e votação a matéria, foi aprovada por unanimidade a autorização para alienar os seguintes bens do ativo imobilizado: **a)** 01 (Hum) terreno urbano situado no Município do Balneário Rincão, com a área de 360,40 m2 (trezentos e sessenta metros, quarenta centímetros quadrado), correspondente ao lote nº 03, da quadra 97, do loteamento Parque Natureza I, matrícula 21.050; **b)** 01 (Hum) terreno urbano situado no Município do Balneário Rincão, com a área de 360,40 m2 (trezentos e sessenta metros, quarenta centímetros quadrado), correspondente ao lote nº 05, da quadra 97, do loteamento Parque Natureza I, matrícula 21.052; **c)** 01 (Hum) terreno urbano situado no Município do Balneário Rincão, com a área de 360,40 m2 (trezentos e sessenta metros, quarenta centímetros quadrado), correspondente ao lote nº 07, da quadra 97, do loteamento Parque Natureza I, matrícula 21.054; **d)** 01(Hum) Caminhão Volkswagen 15.180, cor branca, ano fab. 2004, mod. 2005, placa MIO 4950, Chassis 9BWNE72S05R506189, COD. RENAVAM 843599146; **e)** 01 (Hum) Caminhonete Fiat Strada Fire Flex, cor branca, ano fab. 2006, mod.2007, placa MEP8979, Chassis 9BD27803A72541245, COD. RENAVAM 901406430; **f)** 01 (Hum) Caminhonete Fiat Strada Fire CE Flex, cor branca, ano fab. 2006, mod. 2007, placa MEP 8929, Chassis 9BD27833A72531097, COD. RENAVAM 901404292; **g)** 01 (Hum) Caminhonete Fiat Strada Fire Flex, cor branca, ano fab. 2008, mod. 2008, placa MFP 7654, Chassis 9BD27803A87083465, COD. RENAVAM 971272840; **h)** 01 (Hum) Caminhonete Fiat Strada Fire Flex, cor branca, ano fab. 2008, mod. 2008, placa MFR 7284, Chassis 9BD27803A87083061, COD. RENAVAM 971709726; **i)** 01 (Hum) Caminhonete Strada Fire Flex; cor branca, ano fab. 2008, mod. 2008, placa MFR 7194, Chassis 9BD27803A87083053, COD. RENAVAM 971707758; **j)** 01 (Hum) Caminhão Volkswagen 9.150E CUMMINS, cor branca, ano fab. 2008, mod. 2009, placa MFG 3557; Chassis 9BWGA62R69R910583, COD. RENAVAM 116742143; **l)**01 (Hum) Caminhão Volkswagen 5.140E Delivery, cor branca, ano fab. 2009, mod.2010, placa MHR 0115, Chassis 9531932P7AR002245, COD. RENAVAM166131458. Em seguida, foi realizada a leitura do **oitavo item** que se refere aos assuntos gerais. Deixado à disposição dos associados, o associado Eloi Ramos Borges que questionou a metodologia utilizada nas votações e sugeriu a despolitização na Cooperaliança, a associada Marilda Grunow parabenizou o Conselho Fiscal pelos trabalhos prestados, o associado Valmor Rosso sugeriu novamente a despolitização na Cooperaliança, em resposta ao questionamento do associado Eloi Ramos Borges, o associado Adilor Guglielmi disse ser de praxe nas eleições do seguimento cooperativista tal metodologia de votação logo após o presidente da assembleia disse que as sugestões ora apresentadas serão levadas ao Conselho de Administração para avaliação. Não havendo mais assuntos a tratar o

Presidente agradeceu a presença dos associados e comunicou que a assembléia continuará em aberto até as 17:00 (dezesete) horas do dia 23 (vinte e três) de março de 2.013, quando se encerra a votação. Realizada a eleição, verificou-se que votaram 319 (trezentos e dezenove) associados e apurou-se o seguinte resultado: (a) CONSELHO FISCAL: CHAPA ÚNICA – 302 (trezentos e dois votos); BRANCOS: 11 (onze) votos; NULOS – 06 (seis) votos. Face ao resultado da votação, foram declarados eleitos e empossados como membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2.013 os integrantes da CHAPA UNICA, assim composta: **CONSELHEIROS FISCAIS EFETIVOS: Daniel Lock Gomes**, brasileiro, Solteiro, administrador, nascido em 28/07/1984, portador da cédula de identidade n.º 4.033.591, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 046.348.869-52, residente na Rua Morumbi, nº 574, Bairro Liri – Içara – SC; **Tiago Fogaça da Silva**, brasileiro, solteiro, advogado, nascido em 15/03/1984, portador da cédula de identidade n.º 3.597.832, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 046.924.829-74, residente na **Rua João Lodetti**, nº 105, Apto 201 Bairro Centro – Içara – SC; **Paulo Roberto Brigido**, brasileiro, divorciado, comerciante, portador da cédula de identidade n.º 852.856, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob n.º 375.824.029-87, residente a Rua Henrique Lage nº 54, Bairro Centro – Içara – SC; **CONSELHEIROS FISCAIS SUPLENTEs: Cleber Luiz Oliveira da Silva**, solteiro, comerciante, nascido em 08/12/1970, portador da cédula de identidade n.º 2.154.586, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 641.517.199-20, residente na Rua Altamiro Guimarães, n/s, Bairro Centro – Içara – SC; **Jucemar Vargas**, brasileiro, solteiro, nascido em 25/03/1959, aposentado, portador da cédula de identidade n.º 3.016.194-0, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 837.979.129-00, residente na Rua Projetada s/n, Bairro Pedreiras – Balneário Rincão – SC; **Tiago Aguiar Marcolino**, brasileiro, casado com CPB, Servidor Público, portador da cédula de identidade nº 3.179.477, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 923.945.909-04, residente na Rua Olívio Pavei nº 91 aptº 204, Bairro Centro – Içara – SC. Os eleitos para o Conselho Fiscal declaram que: a) “*não estão impedidos por lei, ou condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade*”, b) “*não são parentes entre si, até o segundo grau em linha reta ou colateral*”, c) “*não são parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau com os componentes do Conselho de Administração*”. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a assembléia, e esta ata após lida e aprovada foi assinada, por mim secretário, pelo Presidente e pelos 10 (dez) associados indicados pela assembléia. Em atenção ao que dispõe a Instrução Normativa nº 101/2001, do DNRC, certificamos que estavam presentes na abertura da assembléia realizada às 19:00 horas do dia 22/03/2013, 414 (quatrocentos e quatorze) associados e que, no dia 23/03/2013, votaram 319 (trezentos e dezenove) associados, conforme cópias autênticas das listas de presença que passam a fazer parte integrante desta ata e observando o quorum legal foram designados 10 (dez) cooperados para assiná-la, que segue: Jeferson Cardozo, Max Dagostin de Mello, José Guezzi, Pedro de Souza Pacheco, Mário Matias Steimbach, Quintino Rizzieri Pavei, Fernando Francisco Valentim, Vilmar da Luz, Marilda Grunow Vieira, Wagner Silva de Moraes. Em virtude da impossibilidade de se colher neste instrumento a assinatura de todos os presentes. Esta ata foi produzida por meio eletrônico.

Içara, SC, 23 (vinte e três) de março de 2.013.

Jorge Rodrigues
Presidente

Severiano Antônio Valentim
Secretário



PARTICIPAÇÕES

Direção Geral e Produção

Daniel Vieira - Contador

Supervisão

Reginaldo de Jesus – Gerente Administrativo

Colaboração

Edmilson Maragno - Departamento Técnico

Mateus Dalmolin - Departamento Comercial

Rafael Bacis – Departamento TI

Edson José Adriano - Departamento de Recursos Humanos e Segurança do trabalho

Tais Pacheco – Departamento de Comunicação

Auditoria

Müller Auditores Independentes S.S.

Roteiro Editorial e Conteúdo

Lei nº 5.764/1971

Resolução CFC nº 1.255/09

Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001

Resolução ANEEL 396/10

Interpretação Técnica NBC T 10.8 – IT 01

Orientações Emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC

Ofício circular nº 155/2013 de 23/01/2013 SFF/ANEEL.

Estatuto Social da Cooperaliança.

Agradecimentos

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

Departamento Técnico e Engenharia

Departamento de Contabilidade

Departamento Financeiro

Departamento de Recursos Humanos

Departamento de TI

Departamento Comercial

Funcionários da Cooperaliança em geral

Useall Software